



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

JOÃO PAULO ALVES DA SILVA

PERDEMOS PARA A EMOÇÃO?

A eleição para a Prefeitura da Cidade do Recife no ano 2000

RECIFE

2023

JOÃO PAULO ALVES DA SILVA

PERDEMOS PARA A EMOÇÃO?

A eleição para a Prefeitura da Cidade do Recife no ano 2000

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de bacharelado em
História, da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em
História.

Orientador (a): Prof. Dr^a. Suzana Cavani
Rosas

RECIFE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, João Paulo Alves da.

Perdemos para a emoção? A eleição para a Prefeitura da Cidade do Recife no ano 2000 / João Paulo Alves da Silva. - Recife, 2023.

76 p. : il., tab.

Orientador(a): Suzana Cavani Rosas

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Bacharelado, 2023.

1. Ano 2000. 2. Eleições. 3. PFL. 4. PT. 5. Recife. I. Rosas, Suzana Cavani . (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

JOÃO PAULO ALVES DA SILVA

PERDEMOS PARA A EMOÇÃO?

A eleição para a Prefeitura da Cidade do Recife no ano 2000

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco submetido à banca avaliadora para obtenção do título de Bacharel em História.

Aprovado em 13/03/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr.^a Suzana Cavani Rosas (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr.^a. Maria do Socorro de Abreu e Lima (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Rafael Leite Ferreira (Examinador Externo)

Centro Universitário Brasileiro

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria agradecer, de todo coração, à minha família nas figuras de minha mãe, Angelita Alves da Silva, empregada doméstica, mulher do Sertão do Pajeú que muito me orgulha, e de minha tia, Lucia Helena Simões Silva que, não intencionalmente, desde que eu era pequeno me influencia no desenvolvimento do tema deste trabalho. Toda minha devoção a vocês.

Em sequência, devo toda a atenção à minha orientadora, Prof. Dr^a. Suzana Cavani Rosas, pela paciência e por ter aceitado me conduzir ao longo dessa jornada que envolveu monitorias, PIBIC e TCC. Da mesma forma, presto minha homenagem à professora Virginia Almoêdo por toda dedicação e carinho ao conduzir a disciplina de TCC I que desaguou no projeto deste trabalho. Sou grato de toda a alma às duas.

Posteriormente, agradeço a todos os amigos e colegas que cruzaram meu caminho nos últimos anos e, em especial, àquela que foi quase uma mãe para mim nesta universidade, Isabelle Ferreira, uma eterna companheira na vida acadêmica. Obrigado a todos por tudo!

Por fim, fica minha eterna gratidão ao corpo docente e de funcionário do Departamento de História da UFPE pelos anos maravilhosos vividos nesta universidade. Sentirei saudades das provas e dos trabalhos, das alegrias, das fofocas, dos aperreios, mas não das tristezas (essas eu dispenso). Que a universidade possa se manter forte nos anos que estão por vir em prol de todos aqueles que, assim como eu, entrarem em suas salas e se apaixonarem pelo caminho. Muito obrigado pela aventura.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a eleição para a Prefeitura da Cidade do Recife no ano 2000 a partir do estudo de periódicos, de reportagens e de entrevistas realizadas com os agentes políticos envolvidos. Nessa análise busca-se reconstruir a trajetória dos prefeitos que comandaram a cidade de 1979 a 2000, esmiuçar a formação das chapas que concorreriam nesse ano e tratar propriamente sobre a campanha eleitoral e de seus resultados. Dentro desses resultados, procura-se encará-los não simplesmente como consequência do gesto obscuro realizado pelo candidato e então prefeito Roberto Magalhães (PFL), o que vem sendo tratado pela imprensa como marco da eleição, mas também como entendimento do pleito dentro de um cenário maior de centralismo do PT no cenário político nacional, de razoável implantação local que tem seu ápice na vitória do candidato João Paulo (PT) e de descenso do PFL a nível estadual.

Palavras chave: Ano 2000; Eleições; PFL; PT; Recife.

ABSTRACT

This research seeks to analyze the 2000 mayoral election in the city of Recife, based on the study of periodicals, reports and interviews conducted with the political agents involved. In this analysis we seek to reconstruct the trajectory of the mayors who ran the city from 1979 to 2000, to scrutinize the formation of the parties that would run that year and to deal properly with the electoral campaign and its results. Within these results, we try to face them not simply as a consequence of the obscene gesture made by the candidate and then mayor Roberto Magalhães (PFL), which has been treated by the press as a landmark of the election, but also as an understanding of the election within a larger scenario of centralism of the PT in the national political scene, of reasonable local implantation that has its apex in the victory of the candidate João Paulo (PT) and of the decline of the PFL at the state level.

Keywords: Elections; PFL; PT; Recife; Year 2000.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

Cendhec – Centro Dom Hélder Câmara

Crea – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FHC – Fernando Henrique Cardoso

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PAN – Partido dos Aposentados da Nação

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCR – Prefeitura da Cidade do Recife

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PGT – Partido Geral dos Trabalhadores

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PM – Polícia Militar

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PRP – Partido Republicano Progressista

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC – Partido Social Democrata Cristão

PSL – Partido Social Liberal

PSN – Partido da Solidariedade Nacional

PST – Partido Social Trabalhista

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PV – Partido Verde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 DE KRAUSE A MAGALHÃES: TRAJETÓRIAS NA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE (1979-2000).....	15
2.1 OS ÚLTIMOS BIÔNICOS.....	16
2.2 O RECIFE REDEMOCRATIZADO: A ELEIÇÃO DE 1985 E O PRIMEIRO GOVERNO DE JARBAS VASCONCELOS.....	19
2.3 OS SEGUNDOS MANDATOS DE JOAQUIM FRANCISCO E JARBAS VASCONCELOS.....	22
2.4 ROBERTO MAGALHÃES, A UNIÃO POR PERNAMBUCO E A UNIÃO PELO RECIFE.....	25
3 A PRÉ-CAMPANHA ELEITORAL: COLIGAÇÕES E ARTICULAÇÕES.....	29
3.1 PERSPECTIVAS SOBRE COLIGAÇÕES ELEITORAIS.....	30
3.2 UNIÃO PELO RECIFE.....	33
3.3 FRENTE DE ESQUERDA DO RECIFE.....	37
3.4 FRENTE DE OPOSIÇÃO RECIFE MELHOR.....	40
3.5 FORÇA POPULAR PELO RECIFE.....	41
3.6 CORRENDO SOLO: OS CASOS DO PARTIDO SOCIALISTA DO TRABALHADORES UNIFICADOS (PSTU) E DO PARTIDO DA SOLIDARIEDADE NACIONAL (PSN).....	42
4. A CAMPANHA ELEITORAL.....	44
4.1 O PRIMEIRO TURNO.....	44
4.2 O SEGUNDO TURNO.....	53
4.3 ENTRE A RAZÃO E A EMOÇÃO: UM OLHAR SOBRE OS RESULTADOS.....	57

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

O novo ciclo republicano iniciado a partir de 1985 trouxe hodierna vida aos processos eleitorais. Da mesma forma, a Constituição de 1988 redefiniu os papéis dos municípios, aumentando seus destaques num cenário também marcado por anseios de democratização do poder e de participação popular por parte da sociedade civil. Assim sendo, os pleitos municipais tomaram um fôlego renovado a partir da redemocratização da sociedade brasileira e um novo sentido com sua maior conexão com os outros patamares da política nacional. Não por acaso, Bruna Karoline Oliveira e Jean Lucas Fernandes definem que

O destaque conferido aos governos locais faz com que as eleições municipais sejam um momento central para a atuação dos partidos e para a definição de suas estratégias eleitorais. [...] O município é um considerável locus de poder político, o que reforça a afirmação de que “[...] a compreensão do quadro político nacional surgido nas eleições municipais é importante para entender a correlação de forças políticas do país” (Apud. Alves, 2007: 7) (FERNANDES; OLIVEIRA, 2013, p. 72)

Nesse contexto, entendemos as eleições municipais não apenas como reflexos, mas também como construtoras do cenário político estadual e nacional, afinal uma eleição é um indicador do espírito público, um revelador da opinião pública e de seus movimentos (RÉMOND, 2003, p. 40). É a partir desses entendimentos que justificamos aqui o trabalho sobre a eleição para a Prefeitura da Cidade do Recife no ano 2000 e que o norteamos pelas produções de Jairo Nicolau, Márcio Nuno Rabat e Roberto Ramos como forma de buscar entender as interações estabelecidas entre o pleito, seus partidos e o cenário político estadual e nacional. Antes de tratar sobre eles, entretanto, faz-se importante alguma contextualização.

O Recife chega ao ano 2000 comandado pelo prefeito Roberto Magalhães (PFL), eleito em 1996 com o suporte de uma união maior de forças denominada eleitoralmente como União por Pernambuco, responsável também pela eleição do governador do Estado, Jarbas Vasconcelos, em 1998. A união dessas forças, anteriormente antagônicas, envolviam nomes conhecidos da política estadual como Gustavo Krause, Joaquim Francisco e o próprio Magalhães, eleito prefeito pela versão municipal da união, a União pelo Recife.

Desta forma, o então prefeito Roberto Magalhães chega para a sua tentativa de reeleição em 2000 como franco favorito dados os apoios que o envolviam e principalmente a partir da popularidade do então governador Jarbas Vasconcelos. Na oposição a esse projeto, partidos mais à esquerda lançaram candidaturas focadas no ataque à situação, chegando ao segundo turno com o deputado estadual João Paulo (PT).

O fato, contudo, que marcou o pleito foi o gesto obscuro feito pelo então prefeito em plena Avenida Boa Viagem. O ocorrido foi extremamente explorado pelas oposições principalmente durante o segundo turno e serviu para a criação de uma ideia de comoção que teria influenciado na eleição. Essa interpretação se tornou tão marcante que no próprio momento de assumir a derrota para o candidato petista, Magalhães declarou: “Perdemos para a emoção” (Figura 1) ¹.

Figura 1 – Reportagem do Jornal do Commercio



Fonte: Jornal do Commercio

Apesar de carregar essa frase no título do trabalho, nós não buscamos aqui necessariamente enveredar por essa posição trabalhada pela imprensa e pelo próprio Magalhães por considerá-la demasiada simplória. Assim sendo, a questionamos buscando aqui adicionar alguns elementos à interpretação sem, contudo, negar o efeito que o gesto do então prefeito possa ter tido sobre a opinião pública e sobre determinados segmentos da sociedade. Não buscamos aqui negar a eventualidade do fator emocional. Nosso ponto é muito mais no sentido de inserir essa eleição num contexto político maior, indo de encontro ao que os autores citados anteriormente (Jairo Nicolau, Márcio Nuno Rabat e Roberto Ramos) propõem. Nicolau, em artigo, localiza o Partido dos Trabalhadores, partido ganhador deste e de outros pleitos no ano 2000, como peça central da política nacional dentro de um recorte que inclui o ano aqui trabalhado. Também falando sobre o PT, Rabat defende que o partido

¹ Cf. Jornal do Commercio, 30 de Outubro de 2000.

vivia um período de razoável homogeneidade na sua implantação nacional, onde propomos encarar a vitória de João Paulo também como o marco do seu estabelecimento local. Por fim, Ramos, ao estudar o PFL pernambucano, defende que o partido passava por um descenso num recorte que inclui o período aqui estudado, o que pesaria para a própria situação de derrota vivida no período.

É tendo como finalidade essa hipótese que desenvolvemos o seguinte trabalho ao longo de seus capítulos e objetivos. No capítulo a seguir, buscamos traçar, a partir de bibliografias e reportagens de periódicos, uma trajetória dos nomes que comandaram a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) e seus governos de 1979 a 2000, nos propondo a entender como figuras proeminentes na política pernambucana durante o período da Ditadura Militar se atualizaram e se mantiveram em voga durante o novo período democrático estabelecido a partir de 1985.

No seguinte, nos detemos a todo o período de pré-campanha, esmiuçando a escolha dos candidatos e a formação das coligações a partir da análise dos periódicos do *Jornal do Commercio* e do *Diário de Pernambuco*. Nesse capítulo, entendemos como desde então já se organizavam os polos oposicionistas no ataque à situação e ao favoritismo do então prefeito Roberto Magalhães.

Na sequência, excluindo aqui as considerações finais, nos dedicamos propriamente ao estudo da campanha e de seus resultados dando continuidade também ao estudo dos periódicos. É aqui que compreendemos como se desenvolveu o agressivo jogo político da campanha, seus momentos mais marcantes ao longo dos dois turnos e seus resultados finais, onde buscamos apontar as ideias acima detalhadas a partir de análise gráfica e dos próprios autores.

Por fim, registra-se que alguns outros autores já chegaram a tratar dessa eleição sem, contudo, inseri-la num cenário maior como fazemos. Patrícia Paixão de Oliveira Leite² aborda o cenário político de 2000 a partir do referencial teórico da Análise de Discurso das campanhas de João Paulo (PT), enquanto José Afonso Chaves³ trata desse movimento de vitória petista denominado de “Onda Vermelha” a partir destacadamente da Frente de

² LEITE, Patrícia Paixão de Oliveira. **AS NOVAS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS E PERSUASIVAS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES**: Uma Análise do Discurso de João Paulo. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Comunicação, Recife, 2007.

³ CHAVES, José Afonso. **A Onda Vermelha em Pernambuco**: mudança ou continuidade? - Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Ciência Política, 2002.

Esquerda do Recife, defendendo que o fator emoção teria definido o pleito⁴. Agradecemos a ambos pela abertura de portas e pelos desbravamentos no tema, mas nos distanciamos um pouco principalmente do segundo por, como já dito, não negando eventual interferência emocional, inserirmos essa eleição e seus resultados num contexto político maior.

⁴ “Foi o fator ‘emoção’, quer dizer, a intensa mobilização petista, em demonstrar que estava apoiando seu candidato e a disposição de argumentar em seu favor, que definiram o pleito” Ibid. p. 99.

2 DE KRAUSE A MAGALHÃES: TRAJETÓRIAS NA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE (1979-2000)

Para além do foco em Brasília, os processos de distensão e, principalmente, de redemocratização encontraram lastro e material fermentador ao longo de todo país, sendo estimulado por amplos setores da sociedade brasileira. A própria Constituinte de 1987-1988 não foi um presente dado do governo à sociedade, mas sim uma resposta a um movimento social mais amplo que, principalmente a partir da década de 1980, participou da elaboração de iniciativas e experiências de alta capacidade de mobilização espalhadas por todo o país (VERSIANI, 2014, p. 212).

Os últimos anos da Ditadura Militar, ao longo das décadas de 70 e 80, marcaram a ebulição de movimentos sociais, de objetivos e embasamentos diversos, mas que, em seu cerne, representavam o desejo de democratização e de participação da sociedade no governo. Nos âmbitos municipais, sobretudo nos urbanos, esses movimentos desaguavam no desejo de fortalecimento da sociedade civil através dos movimentos de bairro assessorados pela Igreja Católica, por profissionais liberais e/ou por Organizações Não Governamentais (ONGs), que reivindicavam melhorias na infraestrutura, na oferta de serviços públicos, nas moradias, além da participação nas decisões administrativas do governo (FERNANDES, 2004, p. 73).

Nesse contexto, encontramos na cidade do Recife, a partir de 1979, em consolidados políticos, exemplos locais de um processo maior de redemocratização. Seja por puro enquadramento a um governo, seu projeto intencionalmente gradativo de distensão, seja por alguma consciência da necessidade de respaldo popular nesse período. Essas figuras políticas, surgidas durante a ditadura militar, passarão a compor também o novo período que se iniciara, retornando, inclusive, ao comando do local aqui analisado: a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR). Após 1985, notaremos a presença de um antigo grupo de apoio aos militares que, “redemocratizados”, disputam o controle da prefeitura com antigas lideranças oposicionistas, até se tornarem, em acordo com uma delas e com o constante estabelecimento e fortalecimento do processo partidário eleitoral brasileiro, partes de uma mesma coligação estadual. É dentro desse jogo político onde caminha a PCR nos seus primeiros anos de transição e de reestabelecimento democrático. Assim sendo, objetivamos discorrer sobre a PCR nas duas últimas décadas do século XX a partir de suas lideranças executivas municipais enquanto, em segundo plano, acompanharemos os desdobramentos da política nacional e estadual no cenário político recifense. Para tanto, nos utilizamos de dados eleitorais

disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), de entrevistas e reportagens realizadas pelo Jornal do Commercio e da própria bibliografia selecionada.

2.1 OS ÚLTIMOS BIÔNICOS

Em 1979, nomeado pelo então governador de Pernambuco Marco Maciel⁵, Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho⁶ assumia a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR)⁷ enquanto membro do partido governista do regime, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Sendo mais um dos prefeitos indicados para a cidade (os chamados “prefeitos biônicos”), Krause viria a ter sua carreira política alicerçada na ARENA e nos seus desmembramentos. Após a reforma política instaurada pelo então presidente João Batista Figueiredo⁸, a ARENA transformou-se no Partido Democrático Social (PDS), a partir de onde uma dissidência sua, intitulada pela imprensa de “Frente Liberal”, posteriormente se organizaria partidariamente como o Partido da Frente Liberal (PFL). Gustavo Krause fez parte de todo esse trajeto, tendo sido figura importante no forte PFL pernambucano.

É de se notar como o “caso Krause” vai de encontro à análise feita por Américo Freire e Alessandra Carvalho. Em capítulo conjunto, eles defendem que

[...] a possibilidade de nomeação de prefeitos por parte das autoridades de regime sem o rito eleitoral possibilitou a ascensão de indivíduos sem experiência eleitoral, como empresários, que desenvolveram ambições políticas e, nos anos 1980, mantiveram-se à frente de partidos liberais ou conservadores. (FREIRE; CARVALHO in.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia, 2018, p.132).

⁵ Marco Antônio de Oliveira Maciel (1940-2021) viria a ser um dos mais importantes políticos brasileiro, principalmente durante a virada do século. Entre inúmeros outros cargos, viria a ser Vice-Presidente da República durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Governador de Pernambuco (1979-1982), Senador por Pernambuco (2003-2011), Ministro da Educação (1985-1986) e Ministro da Casa Civil (1986-1987) nos governos de José Sarney e Presidente da Câmara dos Deputados (1977-1979). Importante articulador político, Marco Maciel fez toda sua carreira também por partidos conservadores, tendo passado pelo Partido Social Democrático (PSD), ARENA, PDS, e PFL. (Cf. MONTEIRO, Maria Carmina; COUTO, André. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

⁶ Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho (1946-), além de prefeito (1979-1982), viria a ser vereador (1989-1990) do Recife, Governador (1986-1987), Vice-governador (1983-1986) e Deputado Federal (1991-1992) pelo Estado de Pernambuco, além de Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco (1992) e Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (1995-1999) no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). (Cf. LOPES, Gustavo; MONTALVÃO, Sérgio. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

⁷ “Durante o regime militar, as prefeituras de capitais, estâncias hidrominerais e áreas de segurança nacional passam a ter prefeitos nomeados pelos governadores dos estados. Recife assiste à nomeação de sete prefeitos entre 1964-1985” (FERNANDES, 2004, p. 62).

⁸ Ainda que buscasse a fragmentação da oposição, a reforma política de Figueiredo de 1979 reestabeleceu o pluripartidarismo no país e permitiu o surgimento (ou, em alguns casos, o “ressurgimento”) de importantes agremiações como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Popular (PP), que logo se uniria ao primeiro, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além do Partido Democrático Social (PDS).

Nesse sentido, Krause surge aqui como a representação local de uma tendência nacional. Sua carreira, feita dentro de partidos conservadores como a ARENA, o PDS e, posteriormente, o PFL, é marcada pelos mais variados cargos que viria a ocupar, de vereador a ministro. Além disso, teve um papel intelectualizado de destaque dentro, principalmente, do Partido da Frente Liberal (posteriormente reformulado como Democratas), onde atuaria junto ao também pernambucano Marco Maciel como um dos principais ideólogos do liberalismo conservador estabelecido dentro da legenda.

Antônio Sérgio Araújo Fernandes traz algumas visões sobre ele e relembra o ponto pelo qual sua passagem à frente da Prefeitura da Cidade do Recife ficou marcada: o estímulo à participação social.

Gustavo Krause era um jovem tecnocrata, iniciando a carreira política, que até então tinha exercido o cargo de secretário da Fazenda do estado de Pernambuco, durante a gestão do governador Moura Cavalcanti, da Arena, entre 1975 e 1978. Longe de ser um político de esquerda, ele pertenceu à Arena na época, depois PDS e hoje é membro do PFL. Suas decisões como prefeito, de estimular a participação social, causaram surpresa tanto pelo lado dos segmentos mais conservadores do seu partido, como pelo lado dos grupos sociais e políticos ligados ao PMDB e à esquerda, que desconfiavam de suas escolhas como prefeito e o acusavam de populista.

[...] Os programas desenvolvidos pela prefeitura municipal envolvendo participação e incorporação popular nessa época podem ter significado de cooptação para alguns ou de participação para outros, entretanto o fato importante é que um canal de negociação e intermediação de interesses legítimos, que poderia ser utilizado por qualquer associação de bairro ou ONG, foi criado pela prefeitura, e esta foi a primeira decisão de uma série de ações que foram desenvolvidas em gestões subsequentes do poder público municipal, que originaram uma trajetória de decisão pública negociada em Recife (FERNANDES, 2004, p. 92-93).⁹

O próprio Gustavo Krause, em entrevista concedida para uma reportagem do Jornal do Commercio, trata da seguinte forma sua ascensão à PCR:

Eu fui movido pelo meu grau de consciência política, não é? Eu sabia que o Brasil estava às vésperas de um processo de abertura política, então utilizei o poder, que é um poder notavelmente próximo das populações, para estimular a participação nas decisões, para estimular o que eu chamo sempre de “governo de proximidade” [...] e tenho a impressão que logrei esse objetivo de buscar nas ruas a minha legitimidade e depois na eleição de 1982, quando me candidatei a vice-governador na chapa de Roberto Magalhães¹⁰ (BALBINO; VERAS. Jornal do Commercio, 17/08/2016).

⁹ Dentre as medidas tomadas pelo governo Krause, destacam-se os Núcleos de Planejamento Comunitários (NPCs), conhecidos como “barracões”, que prestavam serviços como assistência médica e jurídica à população, além da emissão de documentos; o Sistema de Ação Comunitária (SAC) que tinha por objetivo coordenar as ações públicas nas comunidades mais carentes; e o reconhecimento das favelas da cidade como Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), a partir de onde se efetivou o processo de participação social. (FERNANDES, 2004).

¹⁰ Roberto Magalhães Melo (1933-) viria a ser Governador de Pernambuco (1983-1986), Deputado Federal (1991-1996/2003-2010) e Prefeito do Recife (1997-2001). (Cf. VELOSO, Verônica; MONTALVÃO, Claudia. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

Crítica importante, contudo, é avalizada por Allan Cavalcante Luna. Ele adiciona que os estímulos à participação da gestão Krause figuram mais como:

uma reatualização, porque não cria esta concepção de gestão participativa no Recife, já que antes mesmo do golpe de 64, durante a administração municipal de Pelópidas Silveira¹¹, foram desenvolvidas algumas políticas no sentido de se governar a cidade em conjunto com as Associações de Moradores existentes nos bairros (LUNA, 2014, p. 30).

Nesse sentido, o retorno de políticas públicas pré golpe militar não deixa de soar significativo enquanto forma de adequação do então prefeito a um cenário nacional de distensão política e organização social. Aproximar-se de segmentos da sociedade (que ele chama de “governo de proximidade”) não deixava de parecer também uma espécie de investimento na sua própria sobrevivência política para além do regime que se arrefecia. Essas práticas de reinvenção, como veremos ao longo deste artigo, são recorrentes nas trajetórias dos agentes políticos existentes ao longo da transição, sendo, em especial, focalizados por ex-apoiadores do regime militar concentrados no PFL do próprio Gustavo Krause.

O então prefeito permaneceu à frente da Prefeitura do Recife de 1979 a 1982, tendo saído para assumir a cadeira de vice-governador eleito do Estado de Pernambuco em 1983. Durante essa transição, Jorge Cavalcante (PDS) foi nomeado pelo Governador do Estado para assumir seu lugar. A partir de 1983, Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti¹² (PDS/PFL) assumiu a prefeitura tendo sido indicado pelo governo do estado e permanecendo à frente da PCR até 1985, ano de retorno das eleições diretas para a prefeitura da cidade.

Nessa época, Joaquim Francisco advinha de um grupo influente do PDS/PFL na Região Metropolitana do Recife e na Zona da Mata. Apesar do mesmo perfil urbano de Gustavo Krause, seu governo pareceu não muito empenhado nas práticas de participação popular reorganizadas por seu antecessor. Apesar do precedente reaberto por Krause, Fernandes comenta de que

não se observa nenhum esforço na tentativa de criar canais de negociação com as organizações populares (Apud. LEAL, 1995: 77). A questão da participação social na

¹¹ Pelópidas da Silveira (1915-2008) foi Prefeito do Recife por três vezes (1946/1955-1959/1963-1964), não conseguindo, contudo, completar o último mandato por deposição do Golpe Militar de 1964. (Cf. MONTEIRO, Maria Carmina; COUTO, André. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

¹² Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti (1948-2021) viria a ser Ministro do Interior (1987), Deputado Federal (1987-1988/1999-2007) e Governador de Pernambuco (1991-1995). (Cf. ABREU, Alzira Alves de. et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 30/07/2020).

gestão pública não era uma matéria dessa administração municipal (FERNANDES, 2004, p. 96).

Em entrevista ao *Jornal do Commercio*, Joaquim Francisco define da seguinte forma esse período:

Havia um movimento na sociedade, em alguns núcleos políticos no sentido de que fosse restaurada a eleição direta para prefeito, ou seja, que não se procedesse mais com a nomeação e a eleição indireta, porque era nomeação e eleição indireta homologada pela Assembleia Legislativa. Então, no curso do meu primeiro mandato, que eu fui eleito pela Assembleia e nomeado por Roberto Magalhães Melo, antes do final do mandato esse movimento foi criando corpo e aí restauração das eleições diretas para prefeito das capitais. (BALBINO; VERAS. *Jornal do Commercio*, 17/08/2016).

Apesar de Joaquim não ter se engajado tanto diante das questões de participação social, é notável no discurso de ambos os prefeitos as referências aos movimentos sociais em prol da democracia e da participação popular que ocorriam em época, cujo ápice nessa década fora representado pelas Diretas Já. Visando uma adequação a esse cenário e talvez uma sobrevivência posterior, Krause foi além de seu correligionário e reviveu políticas de assistência e participação social durante sua gestão. Acompanhando a mesma fase, o então governador de Pernambuco, Roberto Magalhães (PDS), não apenas apoiou as eleições diretas como também foi favorável à candidatura de Tancredo Neves à presidência em 1985. É de se destacar, contudo, que a pressão popular imposta aos prefeitos e outros governantes não têm outra origem senão nos desgastes sociais, políticos e econômicos vividos pelo próprio regime. Os anos de abertura lenta, gradual e segura pareciam, até mesmo para os governistas, se aproximarem do fim.

2.2 O RECIFE REDEMOCRATIZADO: A ELEIÇÃO DE 1985 E O PRIMEIRO GOVERNO DE JARBAS VASCONCELOS

O ano de 1985 marca o retorno das eleições, sendo a primeira por via direta para muitos municípios em duas décadas. No Recife, após a administração de Joaquim Francisco (1983-1985), Jarbas de Andrade Vasconcelos¹³ assumiu como o primeiro prefeito eleito da cidade desde Pelópidas Silveira em 1963. Jarbas, na época, já era figura conhecida do MDB/PMDB, principalmente por sua atuação parlamentar de combate à ditadura como parte do grupo conhecido como “autêntico” dentro do partido. Os autênticos eram membros do

¹³ Jarbas de Andrade Vasconcelos (1942-) é um importante político pernambucano, histórico membro da antiga linha “autêntica” do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Foi Prefeito do Recife por duas vezes (1986-1988/1993-1996), Deputado Estadual por um mandato (1971-1975), Deputado Federal por três mandatos (1975-1979/1983-1985/2015-2019), Governador de Pernambuco (1999-2006) e Senador da República (2007-2015/2019-). (Cf. COUTO, André; SETEMY, Adrianna. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

partido tidos como mais “radicais” por defenderem uma postura de mais forte oposição ao regime, “[...] interpretados como o grupo corajoso e criativo de políticos emedebistas mais identificados com as esquerdas que, em um momento tão adverso, empurraram o MDB para uma oposição firme, ‘autêntica’ contra a ditadura”, nas palavras de Rafael Leite Ferreira¹⁴. Francisco Carlos Teixeira da Silva, contudo, detalha que esse “empurrão” sofrido pelo partido tem suas raízes, antes de tudo, em importantes segmentos sociais, em “uma sociedade civil extremamente organizada, com os sindicatos, a Igreja, a imprensa, os artistas e a universidade desempenhando um ativo papel de crítica ao regime e, mesmo, ao seu projeto de abertura política” (SILVA, 2007, p. 255).

Sendo essa a eleição chave para o fim da ditadura na cidade, a ala “autêntica” do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), agora transformado em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), permaneceu fiel a seus princípios de forte oposição à ditadura e aos seus apoiadores. Grupo divergente dos autênticos dentro do partido, os ditos “moderados” propuseram a aplicação de uma “Aliança Democrática”¹⁵ ao cenário político municipal, obtendo maioria e ganhando as convenções partidárias com o nome de Sérgio Murilo como candidato apoiado pelo ex-senador Marcos Freire (PMDB) e pelo então governador Roberto Magalhães (PFL)¹⁶. Derrotado, Jarbas Vasconcelos, maior expoente pernambucano da autenticidade emedebista/peemedebista e seu então pré-candidato à prefeitura, sai do partido e se lança candidato ao cargo pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), sendo apoiado pelo então deputado Miguel Arraes¹⁷, pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Desamparado pelo PMDB, Vasconcelos vai atrás do apoio de movimentos sociais com os quais já vinha interagindo desde a época de resistência à ditadura. Sua campanha abraça uma imagem popular alicerçada nos segmentos de classe e de bairro da sociedade civil, que passam a servir como cabos eleitorais para o então candidato. Apesar disso, é bom clarificar que as organizações sociais não foram subservientes à prefeitura mesmo após a vitória de Jarbas Vasconcelos. Allan Cavalcante Luna, por exemplo, ao tratar sobre os movimentos de bairro, afirma que:

¹⁴ FERREIRA, 2018, p. 22.

¹⁵ Aliança estabelecida entre o PMDB e dissidentes do PDS, a chamada “Frente Liberal”, que viria a eleger em 1985, através dos votos indiretos do Congresso Nacional, a chapa de Tancredo Neves e José Sarney para a Presidência da República.

¹⁶ Cf. PANTOJA, Silvia; LEMOS, Renato. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

¹⁷ Miguel Arraes de Alencar (1916-2005) foi uma das mais importantes figuras da política pernambucana. Foi Deputado Federal (1983-1990/2003-2008), Prefeito do Recife (1960-1963) e Governador de Pernambuco (1963-1964/1987-1990/1995-1999). (Cf. PANTOJA, Silvia; LEMOS, Renato. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

mais do que cabos eleitorais, [os movimentos de bairro] revelaram-se críticos – muitas vezes severos – do programa “Prefeitura nos Bairros” criado na gestão, e continuaram com mobilizações e reivindicações, mormente em forma de ocupações de terrenos públicos ou privados (LUNA, 2014, p. 31-32).

Além da candidatura de Jarbas, a eleição de 1985 para prefeito do Recife contaria com postulantes do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Democrático Trabalhista (PDT), do Partido Democrático Social (PDS) e, claro, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que lança o então deputado federal Sérgio Murilo apoiado pelos “moderados” do partido e pelo Partido da Frente Liberal (PFL). No apoio a essa candidatura, o PFL fazia a nível municipal o que tentava também a nível nacional: se desvincular do regime militar. Como detalham Scott Mainwaring, Rachel Meneguello e Timoty Power:

A divisão do PDS e a fundação do PFL deram aos antigos defensores da ditadura a oportunidade de se desligarem publicamente de um regime autoritário cada vez mais impopular. Os eventos de 1984 permitiram aos dissidentes da Frente Liberal renovarem a sua viabilidade política através de duas sucessivas demonstrações de adesão à legitimidade democrática: a primeira, seu apoio às eleições direta e a oposição a Maluf¹⁸ e, a segunda, realizada por Tancredo Neves, que acolheu o PFL na sua coalizão (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER; 2000, p. 29).

Históricos membros dos partidos do regime (ARENA/PDS), lideranças pernambucanas como Marco Maciel, Gustavo Krause e Joaquim Francisco encontravam-se agora filiados ao PFL, defendendo a democracia e criticando o governo que até pouco apoiavam. A própria ideia inicial do “liberal” da sigla viria daí. Como mesmo disse Krause, anos depois da formação do partido, “O ‘liberal’ da frente e do partido tem origem no compromisso político de operar a transição do regime militar e autoritário para um regime civil e democrático” (CANTANHÊDE, 2001, p. 87). Nas palavras da jornalista Eliane Cantanhêde, “na época, o termo ‘liberal’ tinha um caráter político: traduzia a adesão de velhos aliados do regime militar ao processo de redemocratização” (CANTANHÊDE, 2001, p. 10). Apesar de sua coligação não ter ganhado a nível municipal, o saldo positivo para o PFL não deixa de existir, principalmente a partir do feito de desvencilhar muitos de seus membros do regime militar e lançá-los para o novo período democrático.

Com a vitória de Jarbas, os grupos engajados que haviam estimulado as oposições anos antes a uma atuação mais firme seriam ainda lembrados ao influenciarem nas bases do governo então nascente. Desde a campanha, a participação social era mote do futuro prefeito,

¹⁸ Paulo Salim Maluf (1931-) era, até então, ex-Governador de São Paulo (1979-1982) e Deputado Federal (1983-1987), candidato do PDS à Presidência da República em 1985. (Cf. CAMPOS, Patrícia; ALDÉ, Lorenzo; BASTOS, Manoel Dourado. In: ABREU, Alzira Alves. de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010).

de modo que acabou “sendo uma das prioridades da gestão” (FERNANDES, 2004, pp. 116).

Não por acaso, Antônio Fernandes define:

um aspecto fundamental que marca a eleição de Jarbas em 1985 é o engajamento das lideranças comunitárias e da sociedade civil na campanha eleitoral. Ao perder o apoio do PMDB, Jarbas Vasconcelos articulou-se junto aos setores organizados da sociedade civil, sobretudo as associações profissionais, os movimentos de bairro e as comunidades de base. De acordo com Soares (1992: 64), a tônica principal da campanha de Jarbas era a participação das entidades nas diversas instâncias do poder municipal. Dentre seus compromissos, constava a eleição direta entre artistas e movimentos culturais para a escolha do presidente da Fundação de Cultura da prefeitura, a consulta ao Sindicato dos Médicos e às associações da área de saúde para a escolha do secretário de Saúde e a insistente afirmação do papel das associações de moradores na definição de prioridades do governo. (FERNANDES, 2004, p.107).

Dessa forma,

[...] durante o mandato de Jarbas Vasconcelos como prefeito de Recife, entre 1986 e 1988, o compromisso de realizar uma gestão democratizada com políticas de participação social foi efetivado. [...] Com isso, a prefeitura deu um retorno positivo ao eleitorado e aos movimentos e entidades civis, uma vez que cumpriu o compromisso assumido em campanha. A rota da política e da gestão municipal em Recife, que tinha sido iniciada no governo de [Gustavo] Krause, tem um retorno reforçado na primeira administração de Jarbas Vasconcelos. (FERNANDES, 2004, p.125)

Por fim, destaca-se que “a eleição de 1985, com a vitória de candidatos de origem oposicionista [como ocorreu no Recife] [...] marcaria um primeiro ciclo da democracia nas grandes cidades brasileiras” (GONDIN; SOARES, 1998, p. 64 apud. FERNANDES, 2004, p.115-116). A eleição de Jarbas acaba surgindo como uma coroação à ebulição social da época, em que os desejos de democratização, em seus mais diversos âmbitos, atingem também o governo municipal. Vasconcelos soube aproveitar-se dessa efervescência e, ao perder as prévias do partido e o apoio do PMDB, busca atrair esses segmentos sociais para a sua campanha e para o governo que então se formaria.

2.3 OS SEGUNDOS MANDATOS DE JOAQUIM FRANCISCO E JARBAS VASCONCELOS

Em 1988 a aliança não se repetiu. PMDB e PFL tiveram, cada um, seus próprios candidatos. Além deles, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Humanista (PH) também lançaram postulantes. A vitória ficou com o candidato do PFL, o ex-prefeito Joaquim Francisco, que vinha desejando seu segundo mandato desde 1985, dessa vez, contudo, diretamente eleito pela população. Apesar da boa gestão de Jarbas Vasconcelos (marcada principalmente pelas políticas de participação social), o PMDB não consegue emplacar seu candidato, Marcus Cunha, num pleito marcado por forte

desgaste nacional da legenda por causa da situação econômica inflacionária vivida pelo país e pelo governo de José Sarney (PMDB). Fernandes analisa que:

A vitória de Joaquim Francisco, do PFL, sobre o candidato apresentado pela Frente Popular, Marcus Cunha, do PMDB, foi a primeira derrota sofrida pela coalizão de esquerda numa eleição para o Executivo municipal de Recife, desde o período democrático anterior, entre 1946 e 1964. [...] É coerente pensar que a derrota da Frente Popular significava um voto de revanchismo do eleitor contra o PMDB devido ao fracasso do Plano Cruzado. Azevedo (1993: 40) atribui o crescimento do PFL em Recife e em Pernambuco nesse período ao insucesso econômico da Nova República, identificada pela maioria dos eleitores como um fracasso do PMDB, que ocupava a maioria dos ministérios, apesar de o PFL também fazer parte do governo federal. [...] “O partido [PFL] se apresentava como oposição e, mais do que isso, com um discurso que contemplava as questões sociais, tema tradicionalmente explorado pela esquerda (AZEVEDO, 1993, p. 45)” (FERNANDES, 2004, p. 144-145).

Assim sendo, fica explícito o pragmatismo e a capacidade de reposicionamento do PFL no jogo eleitoral. De uma eleição para outra, o partido se realoca de oposição ao PDS e ao Regime Militar para uma oposição ao PMDB e, inclusive, ao então presidente José Sarney¹⁹.

Reassumindo o cargo em 1989, Joaquim Francisco permaneceu até 1990, quando se afastou para se candidatar, com sucesso, ao cargo de governador do Estado de Pernambuco. Em seu lugar, o então vice-prefeito, Gilberto Marques Paulo²⁰, assumiu até o fim do mandato. Uma vez mais, a gestão de Joaquim Francisco (e, posteriormente, de Gilberto Marques Paulo) se afastou das práticas de participação social desenvolvidas a partir da redemocratização, apesar da elaboração da Lei Orgânica da Cidade²¹.

Já a eleição de 1992 trouxe de volta à prefeitura o ex-prefeito Jarbas Vasconcelos, definitivamente pelo PMDB²² e rompido, inclusive, com Miguel Arraes. Arraes queria lançar o neto, Eduardo Campos, como vice, interessado na pavimentação da carreira de seu sucessor político, o que Jarbas não aceitou. O embate entre os dois afastou Jarbas de partidos de

¹⁹ José Sarney, enquanto membro do PDS e apoiador do Regime Militar, fez parte das articulações para a formação do PFL. Como bem relatado por Eliane Cantanhêde (2001), o plano original, após migrar do PDS para o PMDB para compor chapa com Tancredo Neves, era que ele fosse para o PFL. Contudo, a morte de Tancredo alterou as peças do jogo e o obrigou a não apenas permanecer no PMDB, como a seguir os acordos pré-estabelecidos, sendo continuamente acompanhado pelo olhar vigoro de Ulysses Guimarães.

²⁰ Gilberto Marques Paulo (1934-), além de Vice-Prefeito (1989-1990) e Prefeito (1990-1993), viria a ser também Deputado Estadual em Pernambuco (1999-2003). (Cf. ABREU, Alzira Alves de. et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 03/08/2020).

²¹ “Em Recife, na gestão de Joaquim Francisco, entre 1989 e 1992, foram congeladas ou desativadas as duas principais políticas de participação popular criadas na gestão de Jarbas Vasconcelos – o Prezeis [Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesses Sociais] e o Programa Prefeitura nos Bairros. Entretanto, o processo de elaboração da Lei Orgânica do Recife é desenvolvido com ampla participação da sociedade civil em sua elaboração” (FERNANDES, 2004, pp. 139).

²² Apesar de vencer a eleição pelo PSB em 1985, Jarbas retornou ao PMDB logo em seguida.

esquerda como PDT, PCdoB e PCB, que ficaram com Arraes e o neto, por fim lançado diretamente como candidato a prefeito. Túlio Velho Barreto comenta que:

Entre as eleições municipais de 1988 e a disputa estadual de 1990, Arraes desligou-se definitivamente do PMDB e filiou-se ao PSB. Teve início, então, o afastamento entre Arraes e Jarbas, que logo se transformaria em rompimento velado e disputas políticas e eleitorais, muitas delas públicas e virulentas.

[...] Em 1992, Jarbas Vasconcelos apresentou-se novamente como candidato a prefeito do Recife. Na ocasião, Miguel Arraes buscou, ainda que através de interlocutores, firmar uma aliança entre PSB e PMDB para montar uma chapa única. E indicou o seu neto Eduardo Campos, então um jovem de apenas 25 anos e neófito em disputas majoritárias, que já trabalhara com o próprio Jarbas, quando este foi eleito prefeito pela primeira vez, em 1985.

Mas Jarbas Vasconcelos rejeitou a indicação e inviabilizou a aliança. Assim, o então deputado estadual Eduardo Campos enfrentou Jarbas, que venceria o pleito facilmente, disputando ainda contra dois outros neófitos em eleições majoritárias: Humberto Costa (PT) e André de Paula (PFL). Este episódio selou, enfim, o afastamento definitivo de duas das principais lideranças das “forças populares” e identificadas, até então, com as esquerdas em Pernambuco.

Nesse contexto, Jarbas Vasconcelos terminou por concluir que o espaço político e eleitoral, em Pernambuco, era limitado, à esquerda, por Miguel Arraes – que tinha então o PT, ainda sem expressão eleitoral significativa, gravitando em torno dele –, e, à direita, pelo PFL. E que dificilmente haveria espaço para uma “terceira via” nos próximos anos. (BARRETO, 2008, p. 5-6).

De toda forma, uma vez mais, PMDB e PFL mantiveram-se separados no pleito. Além de seus candidatos e de Eduardo Campos, concorrendo pelo PSB, disputaram ao cargo na PCR nomes do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Social Cristão (PSC) e do Partido Liberal (PL). Vencendo partidos como o articulado PFL, o PSB de Arraes e o persistente e ascendente PT²³, Jarbas trás consigo a volta das políticas de participação social²⁴, onde “reafirma seus compromissos dando outra resposta positiva para o eleitorado e para os atores sociais envolvidos, ou seja, os movimentos sociais, as associações de bairro e ONGs” (FERNANDES, 2004, p. 189).

A vitória de Vasconcelos em 1992, em uma boa medida, representa tanto o processo de transição como o poder de sua carreira política no Pernambuco redemocratizado. Sua

²³ Lançando candidaturas municipais desde 1985, o PT conseguiu, pela primeira vez, terminar a corrida eleitoral em segundo lugar, superando, inclusive, o PFL, cujo candidato terminou em terceiro. O PSB de Arraes e Campos terminou na penúltima posição, em quinto lugar. Disponível em: <<http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>>. Acessado em: 25/07/2020.

²⁴ “[...] Em seu novo mandato, Jarbas Vasconcelos continuou com a proposta de democratização da gestão municipal, mas sua plataforma de governo incorporou também elementos ligados à parceria com empresas privadas no desenvolvimento de projetos urbanos e na recuperação de espaços públicos, assim como tratou mais atentamente da questão do turismo e do *marketing* cultural da cidade” (FERNANDES, 2004, p. 164).

vitória neste pleito se desenrola como consequência das conquistas da sua administração anterior. Jarbas se elege sem ter o prévio apoio que tinha da esquerda e sem o posterior apoio que viria a ter da direita pefelista. Nesse período de transição, ele se torna prefeito mais uma vez com base nas conquistas de seu mandato anterior para com a sociedade civil, superando tanto adversários (à esquerda e à direita), como o desgaste de legenda que havia derrotado seu candidato quatro anos antes. Com uma votação de 270.330 dos 513.034 votos válidos²⁵, Jarbas venceu sem necessitar de segundo turno, evento difícil de ocorrer nas grandes capitais brasileiras.

2.4 ROBERTO MAGALHÃES, A UNIÃO POR PERNAMBUCO E A UNIÃO PELO RECIFE

Afastado de seguimentos da esquerda após o desentendimento com Miguel Arraes e possivelmente antevendo dificuldades de alçar novos voos se mantendo só, Jarbas Vasconcelos já conversava com seus rivais históricos do PFL em 1993. Com a eleição de Arraes ao governo do estado em 1994, Jarbas passaria a liderar a oposição. Chegada a eleição municipal de 1996, a relação entre um ex-emedebista “autêntico” e ex-apoiadores do governo militar estreitou-se a ponto de se criar aí a “União por Pernambuco”, aliança partidária entre PMDB e PFL que lançou como candidato à PCR, atendendo ao desejo do próprio Jarbas Vasconcelos, o pefelista Roberto Magalhães. Da candidatura de Magalhães nasce a sucursal municipal da União por Pernambuco, a “União pelo Recife”, que sairia vencedora do pleito de 1996. Ao surgir tão inesperada e pragmática aliança, foram viabilizados não apenas os caminhos de Magalhães para a prefeitura da cidade do Recife como também os de Jarbas para o governo do estado de Pernambuco em 1998.

Sobre a origem da União, Gustavo Krause, o ideólogo do PFL que esteve presente na sua fundação, disse o seguinte:

Existe um momento em que é preciso ter a coragem da conciliação, a coragem das alianças. O que aconteceu na União por Pernambuco foi um amadurecimento das forças políticas, a possibilidade de unir forças que eram forças que militavam em campos opostos e foi esse, no meu entender, esse amadurecimento, essa aproximação trazida pela normalidade democrática, que levou a uma aliança que, por sinal, fez muito por Pernambuco.

[...] Eu acho que foi uma aliança importantíssima e eu vi sua formação, a sua maneira republicana como ela foi formada. Ela tinha, juntando, não é, os segmentos políticos, ela tinha uma visão programática, ela foi boa para Pernambuco e,

²⁵ Disponível em: <<https://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1992/divulgacao-de-resultados-1992>>. Acessado em 20/09/2021.

consequentemente, boa para os partidos e para os atores políticos. (BALBINO, Marcela; VERAS, Paulo. *Jornal do Commercio*. 19/08/2016).

Já Jarbas Vasconcelos, o grande nome do PMDB pernambucano, comenta:

A União de Pernambuco a gente criou pra ter condições de governar o estado. Eu poderia até ter ganhado a eleição sozinho. Eu ganhei naquela ocasião a eleição [de 1998] por um pouco mais de um milhão de votos de diferença pra meu opositor, o ex-governador Miguel Arraes, e poderia ter governado sozinho. Quando eu digo sozinho, eu e o MDB, o PMDB. Mas era importante ter parceiros pra governar. E aí eu fiz uma aliança com o PFL com essa consciência de que pra governar o estado eu precisaria de parceiros. O PFL tinha raízes pelo interior e quadros no interior que podia ajudar. (BALBINO, Marcela; VERAS, Paulo. *Jornal do Commercio*. 19/08/2016).

A autoconfiante fala de Jarbas não deixa de demonstrar as consequências da vitória de 1996. Talvez ele realmente pudesse ganhar sem o PFL, mas o mais importante aqui é destacar o papel do Partido da Frente Liberal em todo seu plano. A governabilidade é sim peça fundamental no processo de articulação política e não negamos sua importância nesse caso. Contudo, como ele mesmo comenta, o PFL tinha raízes pelo interior. O partido era extremamente forte nas zonas interioranas de todo o Nordeste, sendo peça fundamental caso Vasconcelos desejasse alcançar o que efetivamente alcançou em 1998: o governo do Estado de Pernambuco. Um político de perfil urbano como ele não poderia se abster da oportunidade de receber o apoio dos vários caciques políticos interioranos que faziam parte dos quadros pefelistas. É nesse cenário em que é criada a União por Pernambuco, a partir da qual Jarbas realizou mais uma transição, um pouco mais à direita, em busca agora, mais do que de sua sobrevivência eleitoral, de seus próprios ganhos políticos.

De toda forma, o pragmatismo da União por Pernambuco trouxe resultados. A nível municipal, Roberto Magalhães disputou com candidatos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Popular Brasileiro (PPB), do Partido Popular Socialista (PPS), do Partido Social Cristão (PSC), do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e do Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB), superando a todos e tornando-se o quinto membro do PDS/PFL a ocupar a Prefeitura da Cidade do Recife desde 1979. Desta vez, contudo, o PFL tinha a seu lado um antigo e importante líder oposicionista e consigo um dos maiores partidos da Nova República brasileira. O retorno pefelista à PCR não trouxe desta vez, entretanto, interrupções nos mecanismos de participação social²⁶, talvez como efeito do próprio Jarbas Vasconcelos na sua articulação, representando

²⁶ “A proposta de participação social na gestão pública, ainda que fosse algo incomum para um político de tradição conservadora como Magalhães, foi defendida por ele. Isso ocorreu por que os mecanismos de participação social na gestão municipal do Recife estavam consolidados, tornando-se um elemento estratégico

muito mais uma adaptação pragmática dos partidos ao sistema partidário eleitoral brasileiro vigente desde a redemocratização do que uma grande mudança no modelo administrativo da cidade. Mudam-se muito mais as lógicas partidárias e suas estratégias eleitorais do que estruturas firmadas na cidade ao longo das duas últimas décadas do século XX.

Em suma, vários nomes ocuparam o comando da PCR durante esse anos de retorno à democracia, trazendo-os então representados a seguir:

Quadro 1 – Prefeitos de Recife e Governadores de Pernambuco (1979-2000)

Governador de Pernambuco	Período de Gestão	Partido	Prefeito do Recife	Período de Gestão	Partido
Marco Maciel***	1979-1982	ARENA	Gustavo Krause**	1979-1982	ARENA
Roberto Magalhães* / Gustavo Krause****	1983-1986	PDS	Jorge Cavalcante**	1982-1983	ARENA
Miguel Arraes*	1987-1990	PMDB	Joaquim Francisco**	1983-1985	PDS
Joaquim Francisco*	1991-1995	PFL	Jarbas Vasconcelos*	1986-1988	PMDB
Miguel Arraes*	1995-1998	PSB	Joaquim Francisco*/Gilberto Marques Paulo*****	1989-1992	PFL
Jarbas Vasconcelos*	1998-2000	PMDB	Jarbas Vasconcelos*	1993-1996	PMDB
			Roberto Magalhães*	1997-2000	PFL

Fonte: Retirado e adaptado de FERNANDES, 2004, p. 64.

*Eleito por voto popular

para governar, seja qual for a matriz ideológica do grupo que chega ao Poder Executivo” (FERNANDES, 2004, p. 200).

**Nomeado pelo Governador do estado

***Indicado por Colégio Eleitoral

****Era vice e assumiu o governo

3 A PRÉ-CAMPANHA ELEITORAL: COLIGAÇÕES E ARTICULAÇÕES

No dia 02 de Janeiro de 2000, o Diário de Pernambuco já estampava “Partidos se armam para guerra do voto” (Figura 3) dentre as manchetes de seu caderno sobre política²⁷. A União por Pernambuco, através da sua sucursal municipal, a União pelo Recife, partia agora para a campanha de reeleição do então prefeito Roberto Magalhães (PFL). Na cúpula de seu partido, zumbia a preocupação com a ocupação dos centros urbanos. De bases interioranas que garantiam sua enorme relevância política²⁸, o Partido da Frente Liberal encontrava-se ainda distante das populações urbanas mesmo com a conquista da Prefeitura da Cidade do Recife no ano de 1996. Assim sendo, caso quisesse cumprir com seus desejos de alcançar novos níveis de poder na esfera estadual, conversados por suas lideranças acerca de planos futuros na sede do governo pernambucano²⁹, o partido precisaria contar com um melhor desempenho e inserção nos centros urbanos do estado onde, para isso, far-se-ia necessário trabalhar pela continuação de Roberto Magalhães à frente da PCR.

Figura 3 – Reportagem do Diário de Pernambuco



Fonte: Diário de Pernambuco

Enquanto isso, o PMDB do governador Jarbas Vasconcelos, peça fundamental das alianças situacionais do estado e do município, entrava, em 2000, ainda fortalecido pela vitória retumbante de 1998³⁰ e pela boa avaliação como governador³¹. Ainda assim, o partido

²⁷ Cf. Diário de Pernambuco, 02 de Janeiro de 2000.

²⁸ Roberto Ramos nota que, além do partido nascer herdeiro de uma tradição de poder derivada desde o PSD de 1945, a agremiação era a única na época a ter representação nos quatro cantos do estado, presente em todas as cidades - das maiores às menores - fruto da base política do interior herdada do Partido Democrático Social (PDS) que lhe garantiu também o maior número de filiados. O próprio Roberto Magalhães saiu do PDS rumo ao PFL ainda como governador em 1985 e foi o responsável pela organização do partido em Pernambuco (RAMOS, 2002).

²⁹ Cf. Diário de Pernambuco, 02 de Janeiro de 2000.

³⁰ Na disputa pelo Governo do Estado de Pernambuco em 1998, Jarbas Vasconcelos conseguiu ganhar do então governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PSB), com uma diferença de mais de 1 milhão de votos.

continuava grande aliado do PFL em favor do então prefeito Roberto Magalhães como parte do acordo que abriu portas para Jarbas no interior e garantiu-lhe melhor governabilidade, da mesma forma em que continuaria sendo-lhe crucial para sua reeleição em 2002.

Neste sucinto cenário, a situação caminhava para a eleição municipal de 2000 com o objetivo claro de manter o controle da prefeitura, sem ignorar, é claro, os objetivos próprios de cada um de seus agentes. O calendário do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) estabelecia o período de 10 a 30 de junho como o período de realização das convenções municipais, momento no qual são definidos os candidatos e escolhidas as coligações³². Até lá, entretanto, muitas discussões ocorreriam em busca de concretizar essas associações. A existência de coligações eleitorais e seus impactos no pleito não são exclusividade, mas ainda assim são distintivas da democracia brasileira³³, onde suas formações envolvem intenso jogo político que se desdobra para toda a campanha e, em casos de vitória, até além. Nesse sentido, buscaremos neste capítulo analisar o processo de formação das coligações que atuaram na eleição aqui trabalhada ao mesmo tempo em que tendemos a detalhar um pouco deste processo de articulação junto ao tabuleiro político local.

Antes disso, contudo, achamos necessário realizar um pequeno apanhado teórico do que seriam as coligações, como elas funcionam e quais as perspectivas interpretativas que as acompanham.

3.1 PERSPECTIVAS SOBRE COLIGAÇÕES ELEITORAIS

O primeiro ponto a ser aqui trabalhado cabe ao distintivo conceitual entre os termos “aliança” e “coligação”. Usando-se como base o que fora detalhado por Rogério Schmitt com base nas legislações eleitorais, clarifica-se que:

[...] A literatura refere-se à associação eleitoral entre diferentes listas partidárias ora como *alianças* ora como *coligações*. Com base na legislação eleitoral, emprego o primeiro termo apenas para me referir ao período anterior a 1964, reservando o segundo para o período posterior ao regime militar.

³¹ Pesquisa Vox Populi/DIÁRIO publicada no dia 23 de janeiro de 2000 mostrava a administração jarbista avaliada como ótima ou boa por 55% dos entrevistados: 13% consideraram ótima, 42% bom. Além disso, consideravam 30% regular e 11% ruim e péssima. 4% não souberam responder. Na mesma pesquisa, registra-se que o apoio do governador aumentava a chance de voto a candidato a prefeito em 52%. Cf. Diário de Pernambuco, 23 de Janeiro de 2000.

³² Cf. Diário de Pernambuco, 02 de Janeiro de 2000.

³³ Jairo Nicolau (1996) define que duas singularidades da democracia brasileira são a possibilidade de os partidos fazerem coligações em eleições parlamentares e também a livre troca de partido por parte dos políticos.

[...] Alianças e coligações são, portanto, denominações diferentes para o mesmo fenômeno – o das listas partidárias associadas disputando eleições proporcionais³⁴ (SCHMITT, 2005, p. 11-12).

Ainda assim, contudo, achamos justo e necessário dar duas explicações sobre como nos utilizaremos desses termos neste trabalho. Primeiro que, seguindo o que fora posto, trabalharemos majoritariamente com a palavra *coligações* até como termo comum ao período trabalhado, resgatando *aliança* e recorrendo a ela sempre e somente como sinônimo da primeira. Segundo que, mesmo o citado autor estando se referindo a pleitos proporcionais, nos aproveitaremos de ambos os termos para tratar de um pleito majoritário por acreditarmos não apenas na influência multipartidária do corpo proporcional engajada diante da citada “guerra do voto”, como por entendermos que as coalizões ainda mantêm suas funções mesmo só focando, como é aqui o caso, numa disputa majoritária ao executivo, funções essas sobre as quais nos debruçaremos a seguir. Em suma, estando os pleitos majoritários brasileiros atrelados aos proporcionais, é impossível dissociá-los, inclusive ao estudar seus momentos de formação.

Dentro desse cenário de disputa majoritária ao executivo municipal, podemos destacar primordialmente dois fatores que, direta e indiretamente, se conquistam com uma coligação. Num primeiro momento, existe todo um jogo de benesses mútuas entre as partes da coligação para se motivarem a construir essa aliança. Num segundo, já em caso de vitória, uma coligação mais estruturada, por mais que seja potencialmente mais difícil de organizá-la em torno da distribuição dos cargos de poder, pode garantir maior governabilidade ao propiciar chances de uma maior bancada no legislativo municipal, possibilitando, dentre outras coisas, um maior índice de aprovação de projetos e um governo mais tranquilo em relação a acompanhamento e cobranças. Entretanto, como já dito, o recorte estabelecido pelo tema deste trabalho nos leva a focar mesmo no cenário desse primeiro momento, deixando o segundo de lado.

Silva (2015) explica que há um consenso na literatura de que o objetivo geral das coligações é maximizar as chances eleitorais dos partidos. Nesse sentido, os partidos grandes parecem se interessar por coligarem-se com os menores por dois pontos principais dentro deste primeiro momento: 1) pelo ganho de apoio, estrutura e exposição; 2) pela garantia de

³⁴ Como os processos eleitorais executivos brasileiros ocorrem juntos aos legislativos – as chamadas “eleições casadas”- invariavelmente, de uma forma ou de outra, as postulações sobre coligações proporcionais acabam servindo também às majoritárias.

retirada de tudo isso das mãos dos seus adversários. Sobre o primeiro ponto, melhor explica Lavareda (1991) citado em Schmitt (2005), onde

A relação entre grandes e pequenos partidos não é parasitária, porque a eleição proporcional é apenas uma das faces do jogo político. Os partidos pequenos são bem-vindos nas alianças e coligações proporcionais desde que, em contrapartida, colaborem na sustentação dos candidatos majoritários, tipicamente os postulantes aos governos estaduais, lançados pelos grandes partidos. Esse apoio se traduz em recursos humanos e econômicos para a campanha eleitoral e, nos dias atuais, em aumento do tempo de propaganda eleitoral gratuita nos meios de comunicação destinado aos candidatos ao executivo (LAVAREDA, 1991 apud. SCHMITT, 2005, p. 20).

Silva (2015), contudo, não tendo tanta certeza do porquê os partidos grandes se coligam com os menores, levanta uma questão fundamental para o estudo realizado neste trabalho: compensação de apoio nas campanhas majoritárias. Nas palavras da pesquisadora:

Quanto aos grandes partidos não é tão claro assim o motivo pelo qual formam coligações, pois tanto concorrendo sozinhos quanto coligados obteriam êxito. Entretanto, supõe-se que os grandes partidos encontram vantagens no apoio dos pequenos nas campanhas majoritárias, uma vez que para eleição ao cargo majoritário o que conta é o maior número de votos e não o quociente eleitoral. (SILVA, 2015, p. 19).

Em sentido contrário, tratando agora do ponto de vista dos menores, Dantas e Praça (2004) explicam que a interpretação corrente na Ciência Política sustenta que os pequenos partidos, em época de eleição, aproximam-se dos grandes com o intuito de buscar visibilidade e garantir algum tipo de vantagem, olhando do ponto de vista dos partidos menores. Citando Antonio Lavareda, Raquel Gonçalves da Silva vai além e detalha que

Lavareda (1999), observando a relação entre as coligações para o governo estadual e as assembleias legislativas, propõe que o motivo que leva os pequenos partidos a realizar coligações é alcançar o quociente eleitoral, ou seja, a formação de alianças torna-se necessária a partir do momento em que amplia suas possibilidades de ganhos eleitorais. (LAVAREDA, 1999 apud. SILVA, 2015, pp. 19).

Com base em Figueiredo (1994), Schmitt comenta que “de modo mais geral, os partidos políticos optarão por formar alianças sempre que essa estratégia reduzir o risco de se perder a eleição” (SCHMITT, 2005, pp. 21). Como mesmo coloca o primeiro autor, “maximizar votos é objetivo principal de qualquer partido, secundariamente a preferência é aliar-se no seu próprio campo ideológico. Se isso se torna inviável, busca-se o campo mais próximo possível. Mas quem comanda este processo é a aritmética eleitoral” (FIGUEIREDO, 1994 apud. SCHMITT, 2005, p. 21). Já Jairo Nicolau levanta a hipótese de que, junto com a livre troca de legendas, as coligações foram úteis à elite partidária nacional ao, essencialmente

em eleições parlamentares, serem usadas indistintamente com o objetivo de “escapar” do alto quociente eleitoral (NICOLAU, 1996, p. 80).

É Nicolau quem, não por acaso, sintetiza esse processo de opção por coligações. Dentre as variáveis que influenciam nessa decisão, ele nota: 1) o tempo de horário eleitoral gratuito que, proporcional às bancadas parlamentares, depende das coligações para ser aumentado; 2) o poder de chantagem onde um partido (partido A) interessado em uma aliança com outro (partido B) pode ameaçar se coligar com um terceiro (partido C), um adversário, a partir do qual, através da ameaça, o custo de se aliar a um partido pode ser menor do que vê-lo associado a um rival; 3) o número de candidatos nas eleições parlamentares, que pode ser aumentado em coligações, servindo aos partidos maiores para aumentar o número de vagas em jogo a partir das que não eram totalmente preenchidas pelos menores (NICOLAU, 1996). Dessa forma, “as causas da existência de várias coligações entre um partido grande (com alto potencial de atingir o quociente eleitoral) e um partido pequeno (com pouca probabilidade de alcançar esse quociente) podem ser buscadas nesses três fatores” (NICOLAU, 1996, p. 76).

Por fim, ressaltamos que o fator das eleições brasileiras ocorrerem de forma “casada” entre executivo e legislativo implica em aspectos proporcionais nas contas de formação das coligações, mesmo focando em pleitos majoritários como aqui fazemos.

3.2 UNIÃO PELO RECIFE

Encabeçada pelo PFL, mas tendo sido composta também pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a União pelo Recife, ganhadora do pleito majoritário municipal de 1996, chegava à 2000 como franca favorita³⁵ à reeleição. Nesse cenário, é mais do que natural que passasse a aglomerar outras legendas na formação e fortalecimento da coligação³⁶.

Um dos partidos que mais se envolveu com a União ao longo das negociações para o pleito de 2000 foi o Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB). Vindo de uma eleição na qual ocupou o segundo lugar quatro anos antes, o partido teria papel de destaque no jogo

³⁵ Pesquisa Vox Populi/DIÁRIO publicada no dia 23 de janeiro de 2000 mostrava o então prefeito Roberto Magalhães, candidato pela União pelo Recife, liderando com 43% dos votos contra 13% do segundo colocado. Cf. Diário de Pernambuco, 23 de Janeiro de 2000.

³⁶ Apesar de uma maior adição de partidos à coligação, é preciso deixar registrada a baixa do PTB da aliança, tendo, desde o começo do ano, a certeza da mudança para a base do candidato opositorista Carlos Wilson, do Partido Popular Socialista (PPS). Cf. Diário de Pernambuco, 04 de Janeiro de 2000.

de poder que então se desenhava, principalmente a partir da figura do deputado estadual e ex-secretário João Braga. Braga já havia encabeçado a candidatura social democrata na eleição de 1996 e agora em 2000 planejava participar mais uma vez da disputa contando com o *recall* dos mais de 100.000 votos que havia tido quatro anos antes³⁷. À coalização do prefeito seria importante retirar um candidato muito bem pontuado da disputa, que poderia vir forte esse ano, ainda mais se fosse para obter o apoio do seu partido no lugar. Nas fileiras pefelistas, a candidatura tucana já era vista no começo de janeiro como um entrave principalmente pela maior densidade urbana dos psdbistas, tão cobiçada pelos planos de expansão pefelistas³⁸. Apesar de parte da União por Pernambuco³⁹, o PSDB parecia não muito comprometido em apoiar a União pelo Recife, estando “unido e coeso” em torno da candidatura de João Braga, nas palavras do presidente estadual do partido, Luiz Piauhyllino⁴⁰. Se, contudo, o PSDB parecia caminhar para a oposição, no PMDB o apoio a Magalhães já era certo, mesmo estando nos primeiros dias do ano⁴¹.

Centralizado em torno do governador Jarbas Vasconcelos, o PMDB tinha toda sua rotina e a rotina de seus apoios ligados ao comando de Vasconcelos. Não por acaso o governador chegou a tentar criar (sem sucesso) um conselho político que coordenasse seus candidatos e apoios ao longo dos diversos municípios do estado. Era preciso arregimentar as bases municipais e garantir a maior quantidade de apoios possíveis para o projeto de reeleição que se desenhava para Jarbas em 2002. E, nesse sentido, apoiar mais uma vez o PFL no Recife no primeiro pleito municipal passível de reeleição⁴² não deixava de representar um agrado a um poderoso aliado interiorano, indispensável aos planos políticos do governador.

Retornando ao tabuleiro municipal, enquanto o PTB migrava para o grupo oposicionista de Carlos Wilson (PPS), o Partido Progressista Brasileiro (PPB) declarava apoio, ainda em fins de 1999, à reeleição de Roberto Magalhães⁴³. O PRTB, que já caminhava

³⁷ Dados disponíveis em <https://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1996-1/resultado-por-municipio-1o-turno>. Acesso em 08/06/2022.

³⁸ Cf. Diário de Pernambuco, 02 de Janeiro de 2000.

³⁹ Na verdade, o PSDB concorreu com Jarbas pelo governo estadual. Sua entrada na União por Pernambuco, portanto, só ocorreu posteriormente, o que acabou trazendo certas suspeitas de membros do PMDB e do PFL. Talvez por isso o presidente estadual dos tucanos, Luiz Piauhyllino, se colocava de forma mais independente ao dizer que “Somos aliados do governador, mas não integramos a aliança PMDB/PFL”, justificando o lançamento de candidaturas próprias nos pleitos municipais. Cf. Diário de Pernambuco, 02 de Janeiro de 2000;

⁴⁰ Cf. Diário de Pernambuco, 10 de Janeiro de 2000

⁴¹ Cf. Diário de Pernambuco, 02 de Janeiro de 2000.

⁴² Estabelecida a partir da [Emenda Constitucional Nº 16, de 04 de junho de 1997](#), a reeleição era a grande novidade do pleito de 2000. Era a primeira vez que os cargos majoritários municipais poderiam concorrer a um segundo mandato.

⁴³ Cf. Diário de Pernambuco, 08 de Janeiro de 2000.

com Magalhães desde 1996, também reforçou seu apoio, a despeito do desgosto de alguns vereadores receosos do partido não alcançar o coeficiente eleitoral⁴⁴.

Já o PSDB, ainda em janeiro, trabalhava com o mês de março como mês de articulação e decisão, tendo sempre em vista a possibilidade de candidatura de João Braga. O deputado estadual Augusto César afirmava, em época: “Não vamos zerar o processo em Recife, por exemplo, e retirar a candidatura de Braga, como quer o PFL”⁴⁵. Em fevereiro, contudo, o próprio Braga já se queixava do desânimo dos deputados Luiz Piauhyllino e Sergio Guerra⁴⁶, lideranças do partido, à sua candidatura. Em apoio ao pré candidato, a base psdbista passava a realizar cobranças às suas lideranças, enquanto o segundo lugar das eleições de 1996 no Recife realizava aquilo que se tornou seu padrão nessa eleição: visitas às comunidades e atos públicos só, sem apoio do cacicado do partido⁴⁷.

Na metade de fevereiro, entretanto, o PSDB acabou recebendo a filiação do deputado Marcos de Jesus que trouxe consigo não apenas o apoio do segmento evangélico como também do Partido Liberal (PL), comandado pelo deputado estadual João de Deus, amigo e colega pastor de Jesus na Igreja Universal. Com a aquisição, Braga celebrava a possibilidade de ganho de sua campanha e vislumbrava a chance de um vice, o pastor João de Deus⁴⁸. Dentre essas e outras aquisições conseguidas pelo partido, Braga vinha tomando fôlego para sua candidatura de tal forma a falar abertamente sobre avanços para cima do PFL⁴⁹. Em março, enquanto a executiva nacional trabalhava para entrar de vez na aliança entre PMDB e PFL, a executiva municipal tentava dar embalo à candidatura de João Braga. Nesse meio, a cúpula estadual, nas figuras dos já citados Luiz Piauhyllino e Sérgio Guerra, evitavam o apoio ostensivo ao pré candidato que via sua candidatura sem auxílio da base do partido⁵⁰. Nesse cenário, até uma nota de apoio do próprio partido teria sido interceptada pelo governo estadual. A essa altura, já se especulava sobre a possibilidade do partido abandonar Braga em troca de algumas secretarias e da vaga como candidato a vice-prefeito na União pelo Recife. Era para isso então que serviria a nota. O próprio Magalhães já vinha falando disso, inclusive

⁴⁴ Cf. Diário de Pernambuco, 15 de Janeiro de 2000.

⁴⁵ Cf. Diário de Pernambuco, 12 de Janeiro de 2000.

⁴⁶ Severino Sérgio Estelita Guerra (1947-2014) foi deputado estadual (1982-1990), deputado federal (1991-2003 e 2011-2014), e senador por Pernambuco de 2003-2011.

⁴⁷ Cf. Diário de Pernambuco, 03 de Fevereiro de 2000.

⁴⁸ Cf. Diário de Pernambuco, 12 de Fevereiro de 2000.

⁴⁹ Cf. Diário de Pernambuco, 19 de Fevereiro de 2000.

⁵⁰ Cf. Diário de Pernambuco, 09 de Março de 2000.

levantando a possibilidade do então vice-prefeito, Raul Henry (PMDB), não concorrer à reeleição⁵¹.

Enquanto sua candidatura cambaleava, ora por falta de apoio do partido, ora por interferência da União, Braga confirmava João de Deus (PL) como seu vice a partir de um acordo com a cúpula do PL em Brasília, inclusive com a participação do antes reticente Luiz Piauhyllino, presidente estadual do PSDB⁵². Em reação, Jarbas chegou a reconhecer que a candidatura atrapalhava, enquanto Roberto Magalhães minimizou a influência que a candidatura teria agora junto ao eleitorado evangélico⁵³. A bancada federal do partido abraçou a chapa, tendo inclusive Sérgio Guerra, a maior liderança estadual do PSDB, a considerado como “concreta e consistente”⁵⁴. Contudo, apesar da sinalização positiva, seria o próprio Sérgio Guerra o tucano encarregado de ocupar a vaga de vice-prefeito na chapa da União pelo Recife. Os psdbistas já haviam recebido a sinalização positiva de Magalhães⁵⁵ e Jarbas⁵⁶ em finais de março, faltando então apenas a aprovação em suas próprias fileiras. Ainda que a base de vereadores do partido fosse resistente ao abandono da candidatura de Braga, a interlocução entre a União pelo Recife e o PSDB acabou ocorrendo, intermediada pelo próprio Sérgio Guerra, a contra gosto e irritação de Braga e de seus apoiadores⁵⁷.

Dentro do jogo de poder que se desenvolvia no momento, noticiava-se que o interesse de Sérgio Guerra, então deputado federal, na cadeira reserva da PCR seria, além da possibilidade de conquista de prefeituras no interior para o partido, também a chance de ocupar ele mesmo a cadeira principal da Prefeitura do Recife futuramente. Pelo acordo que se traçava, Roberto Magalhães e o vice-presidente da República Marco Maciel seriam candidatos ao senado pela União por Pernambuco, coligação que lançaria o governador Jarbas Vasconcelos à reeleição, deixando para Guerra o assento como prefeito do Recife e sua possibilidade de renovação futura.⁵⁸ Especulações como essa não deixam de representar o quão intrincados são os pleitos pós 1985 e, principalmente, pós 1988, quando as prefeituras se tornaram *locus*⁵⁹ de poder ao ganharem constitucionalmente autonomia política,

⁵¹ Cf. Diário de Pernambuco, 14 de Março de 2000.

⁵² Cf. Diário de Pernambuco, 16 de Março de 2000.

⁵³ Cf. Diário de Pernambuco, 16 de Março de 2000.

⁵⁴ Cf. Diário de Pernambuco, 16 de Março de 2000.

⁵⁵ Cf. Diário de Pernambuco, 23 de Março de 2000.

⁵⁶ Cf. Diário de Pernambuco, 29 de Março de que, não havendo 2000.

⁵⁷ Cf. Diário de Pernambuco, 30 de Março de 2000.

⁵⁸ Cf. Diário de Pernambuco, 09 de Maio de 2000.

⁵⁹ Oliveira e Fernandes (2013) definem que: “O destaque conferido aos governos locais faz com que as eleições municipais sejam um momento central para a atuação dos partidos e para a definição de suas estratégias

administrativa e financeira, tornando-se “centrais na gestão de políticas públicas, principalmente nas áreas de saúde, educação e assistência social” (SOUZA, 2004 apud. SILVA, 2015, p. 14-15).

Ao fim, em meados de maio, Sérgio Guerra foi confirmado por Magalhães e Jarbas como vice em sua chapa na União pelo Recife, para descontentamento de Braga, que contestou e judicializou o processo até onde pôde. Sem sucesso, o resultado culminaria na retirada de apoio por parte do PL⁶⁰. Resolvida, entre trancos e barrancos, a questão envolvendo o PSDB, restava apenas terminar de articular com algumas legendas menores.

O Partido Verde (PV), aliado de Jarbas no plano estadual, planejava, no final de maio, seu apoio a Roberto Magalhães como candidato à reeleição no Recife⁶¹. Em meados de junho, uma convenção congregou o apoio do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Social Cristão (PSC) ao projeto da União pelo Recife⁶², seguidos, dias depois, pelo Partido Social Democrata Cristão (PSDC)⁶³. Ao fim, a União pelo Recife foi lançada celebrando a coligação de 13 partidos, abarcando não apenas os já citados PFL, PMDB, PRTB, PSDB, PPB, PV, PSD, PSC e PSDC, como também o Partido Social Liberal (PSL), o Partido Social Trabalhista (PST), o Partido Republicano Progressista (PRP) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN)⁶⁴.

3.3 FRENTE DE ESQUERDA DO RECIFE

O ano de 2000 começou, para o PT, partido chave na Frente de Esquerda do Recife, como uma tentativa de pacificação e unificação dentro de si em relação ao pleito que ocorreria neste ano. Após as tensões entre a proposta da tendência Unidade de Luta (UL) de aliança com o Partido Popular Socialista (PPS), do senador e pré-candidato Carlos Wilson, ainda no

eleitorais. [...] O município é um considerável locus de poder político, o que reforça a afirmação de que “[...] a compreensão do quadro político nacional surgido nas eleições municipais é importante para entender a correlação de forças políticas do país” (Apud. Alves, 2007: 7)”. Já Raquel Gonçalves da Silva (2015) comenta que “embora não se possa desconsiderar a importância dos pleitos municipais em si mesmos, uma vez que estão referidos às questões específicas dos municípios e oferecem oportunidade ímpar para a discussão de uma agenda propriamente urbana, não se pode negar que as eleições municipais são um evento que interessa a todos os políticos em todos os níveis da federação. Isso porque, nesse momento formam-se alinhamentos políticos e partidários que irão influenciar as eleições dois anos depois. A vitória expressiva de um partido nas eleições municipais, conquistando grande número de prefeituras e cadeiras nas câmaras municipais, lhe oferece uma vantagem competitiva nas eleições gerais, possibilitando aos candidatos do referido partido contarem com ampla base eleitoral e com a atuação de cabos eleitorais no nível local”.

⁶⁰ Cf. Diário de Pernambuco, 30 de Maio de 2000.

⁶¹ Cf. Diário de Pernambuco, 29 de Maio de 2000.

⁶² Cf. Diário de Pernambuco, 12 de Maio de 2000.

⁶³ Cf. Diário de Pernambuco, 17 de Junho de 2000.

⁶⁴ Dados disponíveis em <https://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2000-1/resultado-por-municipio-1o-turno>. Acesso em 09/06/2022.

primeiro turno da eleição e as tendências mais à esquerda do partido, em desacordo com o proposto⁶⁵, o partido precisaria agora de uma candidatura que acalmasse as tensões e estivesse em acordo por todo o partido. Ainda que num primeiro momento, justificando esta decisão como forma de proteger o candidato, o PT adiasse a decisão de escolha do nome que concorreria à PCR para o mês de março, logo o contraponto da mudança se faria presente diante da percepção de atraso em comparação com candidatos de outros partidos que já se lançavam e percorriam a cidade. Dentre os nomes levantados pelo partido, os dois potenciais candidatos eram o deputado estadual João Paulo e o ex-deputado federal Humberto Costa⁶⁶. No meio tempo até a escolha, não faltaram encontros e discussões entre os dois pré-candidatos e membros do partido. Foi entre esses encontros que o partido mudou de posição e, no começo de fevereiro, começou a trabalhar para a definição de um candidato ainda neste mês⁶⁷, apesar de uma aparente certa resistência de Humberto Costa^{68 69}. O carnaval, que era data base para o começo da decisão, ficou longe demais diante das preocupações de atraso na campanha. Agora, após o Carnaval, apenas as articulações para alianças, que tinham em vista partidos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Geral do Trabalhadores (PGT) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)⁷⁰.

Dias após as primeiras decisões de fevereiro, dentre os flertes de definição do candidato ao Recife, os presidentes estaduais do PCdoB, Luciano Siqueira, e do PT, Nelson Pereira, se reuniram para organizar a composição de uma aliança baseada na disposição de unir os dois partidos em Pernambuco, na decisão de acompanharem e administrarem o processo eleitoral em todo o estado e na concordância de definir uma tática eleitoral conjunta⁷¹. Definido por Pereira como “aliado preferencial no campo da esquerda”, o PCdoB já vinha contemplando o lançamento da candidatura do próprio Luciano Siqueira em caso de inexistência de uma união das esquerdas no Recife.

⁶⁵ Cf. Diário de Pernambuco, 03 de Janeiro de 2000.

⁶⁶ Cf. Jornal do Commercio, 05 de Janeiro de 2000.

⁶⁷ Cf. Jornal do Commercio, 02 de Fevereiro de 2000.

⁶⁸ Cf. Diário de Pernambuco, 10 de Fevereiro de 2000.

⁶⁹ Além de resistente à essa pressa na escolha, o ex-deputado sofria pressões tanto dentro como fora do partido. Dentro, cobrava-se o lançamento de seu nome à Câmara de Vereadores como forma de ampliar a bancada legislativa e torná-la mais efetiva. Nisso pesaria também o fato de que ele vinha sem mandato desde 1998, quando perdeu a eleição para o Senado. Fora, o candidato do PPS, Carlos Wilson, esperava que ele lançasse sua candidatura como forma de melhor negociar apoios num eventual segundo turno dada a proximidade entre ambos. Caso atendesse o primeiro grupo de cobrança, dificultaria a negociação no segundo. Caso atendesse o segundo, poderia frustrar e rachar o partido, além de forçar João Paulo, deputado estadual com mandato, a se candidatar a Vereador. Cf. Diário de Pernambuco, 11 de Fevereiro de 2000.

⁷⁰ Cf. Diário de Pernambuco, 02 de Fevereiro de 2000.

⁷¹ Cf. Jornal do Commercio, 10 de Fevereiro de 2000.

Encabeçando o que viria a ser a Frente de Esquerda de Pernambuco, o PT lançou, na metade de Fevereiro, o deputado estadual João Paulo como candidato à PCR. O deputado, que já havia sido candidato ao mesmo posto quatro anos antes, teve sua postulação decidida após decisão de saída de Humberto⁷², sendo consenso abertamente celebrado por várias tendências do partido, todas presentes no momento do anúncio⁷³. Nesse cenário, Humberto Costa acabaria sendo lançado à Câmara Municipal da cidade com o papel de puxar votos e ajudar a eleger mais vereadores para a legenda, ainda que colocando algumas condições para isso⁷⁴. Em entrevista a nós concedida, João Paulo detalha um pouco mais desse processo. Propriamente em relação a 2000, ele confessa que seu nome foi colocado na disputa diante da avaliação do quão imbatível era Roberto Magalhães. Havendo certeza da vitória adversária, iria o nome dele então. A vitória de Magalhães era vista como certa⁷⁵ até mesmo dentro do próprio partido, o que acabaria transparecendo no batismo da própria coligação e no receio do ideal que envolveria a Frente de Esquerda do Recife. Como ele bem colocou:

Em 2000, a gente tinha uma articulação muito pequena, a participação do PCdoB e o PGT. Então, a gente caracterizou como a “Frente de Esquerda”, até porque como muitos não acreditavam que iria ganhar então o nome não tinha um peso significativo. Para nós tinha, era de uma simbologia e sentido muito grande.

[...] Havia sim [um receio de utilizar uma bandeira de esquerda nas eleições municipais], mas eu sempre fui de demarcar o campo do proletariado. Eu acho que a gente tem que assumir enquanto proposta, enquanto uma posição de esquerda, e disputar. Eu não tenho essas coisas comigo não, mas sei que tem, no nosso meio, bastante receio de assumir a esquerda, quem é socialista, quem é comunista.

Apesar disso, celebrou-se a candidatura e, após isso, passou-se então oficialmente para a fase de construção de alianças, tentativas de formar o que seria a Frente. Em encontro com Pedro Eurico, deputado estadual e pré-candidato à prefeitura pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), chegou-se a ser defendida uma unidade oposicionista, que, apesar de não ligada a uma coligação no primeiro turno da eleição, poderia transformar-se em algo num eventual segundo turno⁷⁶. Essa unidade seria, inclusive, uma das marcas do pleito onde, recheado de candidaturas oposicionistas principalmente de esquerda, selava um pacto mútuo de não

⁷² Cf. Diário de Pernambuco, 14 de Fevereiro de 2000.

⁷³ Cf. Jornal do Commercio, 15 de Fevereiro de 2000.

⁷⁴ Com medo de perder suas bases no interior pernambucano, o político cobrou do partido liberdade para viajar para outras regiões do estado durante a campanha, sem necessidade de ficar acompanhando sempre João Paulo. Cf. Diário de Pernambuco, 15 de Fevereiro de 2000.

⁷⁵ Ao analisar o governo Magalhães em entrevista a nós concedida, João Paulo chega a comentar que “O que se tinha era o anseio de mudar, de haver uma alternância de poder, mesmo ele (Roberto Magalhães) em tese tivesse uma boa aprovação. Ele tinha 72% de aprovação, mas era assim, muito maquiado”.

⁷⁶ Cf. Jornal do Commercio, 16 de Fevereiro de 2000.

agressão entre as partes com um fogo comum direcionado ao prefeito Roberto Magalhães (PFL).

Uma aliança discutida que não ocorreu foi com o pequeno Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)⁷⁷, que chegou a teorizar lançar o vice na chapa de João Paulo, mas em fins acabou lançando mesmo apenas uma chapa pura e solo. Outra no mesmo contexto envolveu o PSB que, após o anúncio de desistência do seu então candidato Pedro Eurico, chegou a levantar possibilidades de diálogo com João Paulo e o PT⁷⁸. Contudo, os socialistas cobravam a vice enquanto os ptistas já caminhavam para ter Luciano Siqueira como vice, inviabilizando o acordo⁷⁹. Ainda assim, tentou-se, sem sucesso, a reedição da Frente Popular, antiga coligação de centro-esquerda encabeçada originalmente por Miguel Arraes, tendo a participação do PSB, PT e PCdoB⁸⁰.

Enfim, em metades de junho, foi realizada a convenção da Frente de Esquerda de Pernambuco, realizada pelo PT, PCdoB, PCB e PGT, que homologou a dobradinha João Paulo (PT)/Luciano Siqueira (PCdoB) como chapa à Prefeitura da Cidade do Recife⁸¹.

3.4 FRENTE DE OPOSIÇÃO RECIFE MELHOR

Após a intervenção nacional do partido no diretório pernambucano, o PTB delegou ao deputado estadual André Campos, irmão do então senador Carlos Wilson, o comando do partido no estado⁸². É somente a partir desse acordo entre irmãos que é possível entendermos o cenário em que encontramos a saída dos trabalhistas da vencedora União pelo Recife (da qual fizeram parte em 1996) e sua entrada no palanque de Wilson, candidato do PPS à Prefeitura do Recife em 2000, que encabeçava a Frente de Oposição Recife Melhor.

Se em janeiro o PTB já tinha tomado essa decisão, em fevereiro outros grupos opositores já firmaram acordos pensando num eventual segundo turno⁸³. Como já dito anteriormente, ainda que não unidos no primeiro, os adversários de Roberto Magalhães já se organizavam pensando numa união posterior enquanto eram selados acordos de não agressão e de foco de ataque na candidatura do PFL.

⁷⁷ Cf. Jornal do Commercio, 19 de Fevereiro de 2000.

⁷⁸ Cf. Diário de Pernambuco, 26 de Abril de 2000.

⁷⁹ Cf. Jornal do Commercio, 25 de Abril de 2000.

⁸⁰ Cf. Jornal do Commercio, 26 de Abril de 2000.

⁸¹ Cf. Diário de Pernambuco, 19 de Abril de 2000.

⁸² Campos conseguiu o controle da máquina partidária no Estado após uma série de embates jurídicos estimulados tanto por Wilson quanto pelo presidente nacional da sigla, José Carlos Martinez, contra o então dirigente estadual, Hélio Seixas. Cf. Diário de Pernambuco, 04 de Janeiro de 2000.

⁸³ Cf. Diário de Pernambuco, 11 de Fevereiro de 2000.

Já tendo o Partido Trabalhista Brasileiro ao seu lado, o último dos partidos a ingressar na coligação liderada pelo PPS foi o PSB. Vindo de uma derrota avassaladora em 1998 diante de sua maior liderança estadual, Miguel Arraes⁸⁴, os socialistas procuravam agora se reorganizar. O partido chegou a contar com a pré candidatura do líder do partido na Assembléia Legislativa de Pernambuco, o deputado estadual Pedro Eurico, à PCR, tendo, contudo, sido abandonada em finais de abril devido ao partido não ter “condições objetivas [para viabilizar uma candidatura própria no Recife] tanto do ponto de vista eleitoral quanto político”⁸⁵. Apesar de até ter tido encontros e negociações com o bloco liderado por João Paulo, inclusive com a oferta de vice na chapa⁸⁶, o partido acabou indo ao encontro de Carlos Wilson mesmo com a proposta de uma frente oposicionista ampla⁸⁷.

Ao fim, a Frente de Oposição Recife Melhor acabou sendo lançada composta pelo Partido Popular Socialista (PPS), pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), tendo Carlos Wilson (PPS) como candidato a prefeito e Dilton da Conti (PSB)⁸⁸ como candidato a vice prefeito⁸⁹.

3.5 FORÇA POPULAR PELO RECIFE

Em meados de março, dirigentes zonais do Partido Democrático Trabalhista (PDT) defendiam a formação de uma frente de oposição e progressista articulada com outros partidos de esquerda e encabeçada pelo ex secretário municipal de abastecimento, o economista Anatólio Julião. Propondo união com partidos como PCdoB, PCB, PSN e PGT, os dirigentes alegavam indecisão da executiva estadual⁹⁰, o que acabou gerando um racha no partido. A direção estadual, que vinha trabalhando com o nome do advogado João Monteiro e também citava o ex-vereador e ex-deputado federal Vicente André Gomes como candidatos ao posto

⁸⁴ Em 1998, o então governador Miguel Arraes, candidato à reeleição ao Governo do Estado de Pernambuco, perdeu para o candidato da União por Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, por mais de um milhão de votos de diferença, sendo altamente marcado pelo escândalo dos precatórios que estourou. Sérgio Montenegro explica que “o caso dos precatórios [...] não foi o único responsável pela derrota da Frente Popular, em geral, e de Miguel Arraes, em particular. Mas serviu bem para pavimentar o caminho, descredenciando toda a gestão do governador e alguns aliados importantes, como seu neto e secretário da Fazenda, Eduardo Campos, também indiciado no processo” (MONTENEGRO, 2020, p. 68).

⁸⁵ Cf. Diário de Pernambuco, 26 de Abril de 2000.

⁸⁶ Cf. Diário de Pernambuco, 28 de Abril de 2000.

⁸⁷ Cf. Diário de Pernambuco, 22 de Maio de 2000.

⁸⁸ Enfraquecido, o PSB ainda tentou abrir mão da vaga de vice em prol do PL, desde que o partido fizesse parte também da chapa proporcional (o que não ocorreu). O partido esperava, assim, tentar garantir ao menos a eleição de quatro a cinco vereadores. Cf. Jornal do Commercio, 16 de Abril de 2000.

⁸⁹ Disponível em: <https://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2000-1/resultado-por-municipio-1o-turno>. Acesso em: 16/06/2022.

⁹⁰ Cf. Jornal do Commercio, 15 de Março de 2000.

de Prefeito do Recife, seguia a exigência de Leonel Brizola, líder máximo do partido, de ter candidatos próprios em todas as capitais nos pleitos de 2000.

Mesmo com Monteiro assumindo a candidatura apoiado pelo presidente estadual do partido, José Queiroz, as zonais continuaram defendendo o nome de Julião, o que acabou não gerando a trégua esperada pelo agora candidato⁹¹. Em finais de março, no entanto, ante o impasse criado, João Monteiro acabou desistindo da candidatura, o que, contraditoriamente, não favoreceu Anatólio Julião devido à busca pelo nome de Vicente André Gomes como candidato⁹².

Diante do impasse, restou ao partido realizar prévias entre Julião e Gomes⁹³ que acabaram referendando o nome do segundo⁹⁴, que, agora oficialmente candidato, também compartilhou da filosofia de não agressão das oposições em prol do foco de ataque em Magalhães e de um palanque único no segundo turno⁹⁵. Assim como outros partidos, o PDT também tentou atrair, sem sucesso, o PL através do oferecimento da vice na chapa⁹⁶. Antes, porém, o partido já havia conseguido a adesão do Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB), do Partido dos Aposentados da Nação (PAN) e do Partido da Mobilização Nacional (PMN), que acabariam sendo os partidos a compor a Frente Popular pelo Recife junto ao PDT. Em finais de junho, enfim, Gomes (PDT) confirmou o nome do correligionário Alberto Salazar na vice, formando, portanto, uma chapa pura de pdtistas, apesar da coligação.

3.6 CORRENDO SOLO: OS CASOS DO PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS (PSTU) E DO PARTIDO DA SOLIDARIEDADE NACIONAL (PSN)

Por fim, destoando do padrão político brasileiro de coligações nas eleições, o pleito para a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) contou com candidaturas avulsas de partidos menores que, sem se unir a nenhum outro partido, participaram da disputa com as chamadas chapas “puro sangue”, formadas apenas por candidatos de um mesmo partido. Esse foi o cenário envolvendo as candidaturas do PSTU e do PSN.

⁹¹ Cf. Jornal do Commercio, 18 de Março de 2000.

⁹² Cf. Jornal do Commercio, 30 de Março de 2000.

⁹³ Cf. Jornal do Commercio, 01 de Abril de 2000.

⁹⁴ Cf. Jornal do Commercio, 03 de Abril de 2000.

⁹⁵ Cf. Jornal do Commercio, 25 de Abril de 2000.

⁹⁶ Cf. Jornal do Commercio, 17 de Junho de 2000.

Sobre o PSTU, após a já citada ideia de lançar o vice na chapa do PT não ir pra frente⁹⁷ - o que acabou gerando queixas⁹⁸ -, o partido acabou optando por seguir só no pleito, apostando na candidatura de Carlos Pantaleão na cabeça de chapa com Kátia Teles na vice⁹⁹. Já no caso do PSN, o candidato do partido era o médico e professor universitário Fred Brandt, que tinha como vice o correligionário Cherbel Nader¹⁰⁰.

⁹⁷ Cf. Jornal do Commercio, 19 de Fevereiro de 2000.

⁹⁸ Joaquim Magalhães, ex candidato ao Governo do Estado de Pernambuco pelo partido, se queixou de que “todas as coligações que tentamos não deram certo. O Fórum das Esquerdas nos deixou de fora. O PT não quer fazer campanha com a gente porque sabe que vamos fazer uma campanha que é realmente de esquerda. Não toleraríamos uma coligação com o deputado João Braga (PSDB) ou com o senador Carlos Wilson (PPS), caso eles cheguem ao segundo turno. E o PT, ao contrário, está disposto a este tipo de aliança só pra chegar ao poder”. Cf. Diário de Pernambuco, 30 de Junho de 2000.

⁹⁹ Cf. Diário de Pernambuco, 30 de Junho de 2000.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2000-1/resultado-por-municipio-1o-turno>. Acesso em: 20/06/2022.

4. A CAMPANHA ELEITORAL

Desde o começo do ano o calendário eleitoral já estabelecia as datas limites que norteariam o pleito municipal de 2000. O Tribunal Superior Eleitoral estabelecia que, passado o período de convenções eleitorais a serem realizadas entre 10 e 30 de junho, já no dia primeiro de julho ficaria proibida a veiculação de propaganda paga dos candidatos. A posteriori, o dia 05 demarcaria a data limite para o registro de candidatos perante o cartório eleitoral, enquanto a partir do dia 06 de julho ficariam os candidatos autorizados a poderem fazer campanha eleitoral com “panfletagem, comícios, carros de som e etc.”¹⁰¹. Era, então, efetivamente iniciada a campanha de rua. Nesse sentido, como coloca René Rémond,

A campanha é parte integrante de uma eleição, é seu primeiro ato. Não é apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião. Sobretudo, ela modifica a cada dia as intenções e talvez a relação de forças (RÉMOND, 2003, p. 49).

Passado o início da campanha, o calendário eleitoral seria continuado com o começo da propaganda institucional gratuita da Justiça Eleitoral no dia 31 de julho. A partir do dia seguinte, 1º de agosto, emissoras de rádio e TV ficaram impedidas de transmitir programas apresentados ou comentados por candidatos, candidatos esses que teriam sua propaganda eleitoral veiculada a partir do dia 15 de agosto até o dia 28 de setembro, quando também ocorreriam os últimos comícios e as últimas reuniões públicas. Com isso, o primeiro turno viria a ocorrer em 1º de outubro. Como o pleito no Recife transcorreu para o segundo turno, a propaganda de televisão ressurgiria entre os dias 16 e 27 de outubro, sendo as eleições finalmente decididas no dia 29 de outubro.

A partir dessa explanação do calendário eleitoral, seguiremos aqui então para uma exploração dos dois turnos da eleição e, posteriormente, para uma análise de seus resultados. Dividiremos, portanto, este segmento do trabalho em mais três partes, seguindo a ordem primeiro turno, segundo turno e resultados.

4.1 O PRIMEIRO TURNO

Apesar do clima de otimismo de muitos dos candidatos, a campanha começou, de acordo com a imprensa, de forma morna¹⁰². No primeiro dia, Magalhães pediu votos para um candidato a vereador; João Paulo foi para uma porta de fábrica; Vicente André Gomes fez

¹⁰¹ Cf. Jornal do Commercio, 02 de Abril de 2000.

¹⁰² Cf. Diário de Pernambuco, 07 de Julho de 2000.

uma caminhada e Carlos Wilson reuniu num encontro um pequeno grupo de sua militância jovem. De memorável mesmo deste começo de campanha talvez só a tentativa dos candidatos de conquistar votos na passeata “*Basta, Quero paz!*”, no Recife Antigo, ainda contando com a presença do quase candidato João Braga e a ausência do prefeito Roberto Magalhães, criticada pelos adversários¹⁰³. Essas críticas ao prefeito, não por acaso realizadas pelos adversários postulantes ao cargo, voltariam a se repetir no primeiro debate realizado no Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco, de onde, mais uma vez, Magalhães se ausentou. Não é de se espantar o fato do ponto comum das críticas ter sido a ausência do prefeito, o que representou, para a imprensa, uma possibilidade de união das oposições num segundo turno, questão, como já detalhada, batida desde a formação das chapas¹⁰⁴.

Enquanto seus adversários debatiam, o candidato à reeleição se despedia momentaneamente da prefeitura para se dedicar com exclusividade à campanha. O prefeito prometia se desligar até dia 31 de julho dizendo recusar-se a tratar da campanha e a pedir votos enquanto ainda ocupasse o cargo, ainda que o tenha feito de forma indireta ao propagandear um candidato a vereador, tal como já relatado. Mais notável que isso, entretanto, foram as críticas proferidas ao governo federal¹⁰⁵, o que vai de encontro à rejeição encontrada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso¹⁰⁶ mesmo numa candidatura dita “aliada”¹⁰⁷. Em sentido contrário, o apoio do governador Jarbas Vasconcelos era muito valorizado na União pelo Recife puxada pela popularidade crescente do político pemedebista¹⁰⁸. Em boa medida, era Jarbas o catalisador da União nesse momento e era a partir dele que se desenvolveria o projeto de reeleição do então prefeito do Recife. Prova disso foi o empenho pessoal do governador na formação das alianças municipais que constituiriam o tecido da União por Pernambuco ao longo de todo o estado¹⁰⁹, de tal forma

¹⁰³ Cf. Diário de Pernambuco, 08 de Julho de 2000.

¹⁰⁴ Cf. Diário de Pernambuco, 11 de Julho de 2000.

¹⁰⁵ O então prefeito criticava o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) que destinava 15% da receita municipal à saúde. De acordo com Magalhães, o Governo Federal queria “abandonar os municípios em quatro anos. Acabar com o SUS e jogar a responsabilidade nas nossas costas”, de tal forma que, se essa proposta tivesse sido lançada antes de sua candidatura, ele não seria candidato. Cf. Diário de Pernambuco, 11 de Julho de 2000.

¹⁰⁶ Os altos índices de impopularidade do presidente afastavam de aliados de todo o Brasil o desejo de tê-lo em seus palanques. Cf. Diário de Pernambuco, 10 de Julho de 2000. A pesquisa CNT/Vox Populi divulgada no dia 04 de julho de 2000 colocava o Fernando Henrique com 73% de reprovação. Cf. Jornal do Commercio, 04 de Julho de 2000.

¹⁰⁷ Não bastasse o apoio do partido do presidente, o PSDB, a candidatura de Roberto Magalhães era tutelada pelo Vice-Presidente da República, Marco Maciel.

¹⁰⁸ Pesquisa da JC/Arconsult detalhou que 49% dos recifenses consideravam a administração de Jarbas Vasconcelos como ótima ou boa. Em comparação, 60% dos mesmos entrevistados avaliavam o governo de Fernando Henrique Cardoso como ruim ou péssimo. Cf. Jornal do Commercio, 20 de Fevereiro de 2000.

¹⁰⁹ A coalizão formada por PMDB/PFL/PSDB chegou a ter 59% do total de candidatos a prefeitos registrados em todo o estado. Cf. Jornal do Commercio, 07 de Julho de 2000.

que se faz justo destacar o entrecruzar entre a União de Pernambuco e uma série de alianças locais neste momento (cujo exemplo máximo era a própria União pelo Recife).

Retornando ao nome do então presidente Fernando Henrique Cardoso, sua má avaliação serviu inclusive de estímulo à polarização por parte da esquerda¹¹⁰. Em passagem pelo Recife para o lançamento do programa de governo do candidato petista, João Paulo, a então senadora petista Heloisa Helena defendeu que os candidatos esquerdistas deveriam ter um discurso contra o então presidente¹¹¹. Nesse sentido, não teria sido por acaso as várias tentativas de polarizar o pleito municipal por parte do candidato petista. Era parte da estratégia de campanha apregoar o presidente ao prefeito e tentar nacionalizar a eleição. Para a campanha petista era preciso não só fazer isso como forma de poder lidar com a aprovação do então prefeito, como também explorar uma imagem de aprovação artificial criada por uma cidade “maquiada” e que não alcançava as periferias da cidade. Em entrevista a nós concedida, João Paulo comenta que:

Ele [Roberto Magalhães] tinha 72% de aprovação, mas era assim, muito maquiado. Era uma prefeitura que não estava dentro da periferia, até se dizia que ele pegou o governo muito quebrado por Jarbas Vasconcelos, era o que se comentava, que ele havia passado esses quatro anos tentando ajeitar as finanças da prefeitura. Então, tinha muita maquiagem e, assim, para o povo mesmo, na área de periferia não tinha. E acho que foi uma grande sacada nossa mostrar que a área de periferia, os pobres, estavam abandonados na cidade.

A passagem da senadora Heloisa Helena em encontro não só com João Paulo, mas também com a deputada estadual Luciana Santos (PCdoB), candidata à prefeitura de Olinda, representou também uma convergência das oposições à esquerda em níveis intermunicipais. Organizava-se uma oposição à União por Pernambuco como um todo, sendo a eleição para a prefeitura de Olinda no ano 2000 também espaço fértil para estudos desse tema.

Do ponto de vista da candidatura de Carlos Wilson, o começo a campanha trouxe um forte toque de humor a partir do guia eleitoral. Por intermédio do PTB, começaram a ser veiculadas uma série de ataques indiretos à administração recifense através de dois personagens interpretados pelos atores Walmir Chagas e Aramis Trindade que marcariam a

¹¹⁰ Luiz Inácio Lula da Silva, em passagem por Pernambuco, chegou a defender que uma campanha conjunta das esquerdas pensando em 2002. Cf. *Jornal do Commercio*, 20 de Julho de 2000.

¹¹¹ Cf. *Diário de Pernambuco*, 14 de Julho de 2000.

campanha de Wilson tanto quanto seu desafeto pelo então prefeito¹¹². Pelo veiculado em época, definia-se que

O programa conta a história de Mané, personagem interpretado por Chagas, que saiu do Recife para morar durante três anos na China e volta de lá para ver “as maravilhas do Recife 2000”. Deslumbrado com o que poderia encontrar na cidade, ele pede a ajuda de um desiludido amigo que ficou por aqui, interpretado por Trindade, para visitar vários pontos da Capital. Cada um deles, um ‘Calcanhar de Aquiles’ do prefeito. Por onde passa, Mané vai ficando cada vez mais decepcionado. (JORNAL DO COMMERCIO, 09 de Julho de 2000)

A provocação parece ter surtido tanto efeito que o ator Walmir Chagas, que era funcionário da PCR, acabou sendo desligado assim que as transmissões começaram. Como já dito, o tom belicoso da campanha de Carlos Wilson contra Roberto Magalhães (com alguma resposta recíproca) acabaria sendo uma das marcas do pleito e se estenderia por todo o primeiro turno onde, na melhor das hipóteses, conseguiu tirar do sério a figura do prefeito já conhecido por sua intempestividade¹¹³. Após o próprio ato “*Basta! Quero Paz*”, onde teria sido atacado, o prefeito Roberto Magalhães chegou a escrever uma nota em que expressa a sua repulsa à

forma agressiva e raivosa com que meus adversários, sobretudo o senador dos precatórios Carlos Wilson se pronunciaram durante o ato pela paz. Nenhum deles se deteve a exaltar o movimento, mas sim hostilizar o prefeito com palavras de ressentimento, ironia e ódio¹¹⁴.

Em finais de julho os candidatos viriam a se reencontrar no debate sobre transporte realizado pela Associação dos Servidores da EMTU e Sindicato dos Servidores do Estado de Pernambuco. Mais uma vez, o então prefeito não compareceu e foi criticado. Numa entrevista ao Diário de Pernambuco pouco tempo depois, Roberto Magalhães minimizou seus concorrentes ao declarar que seu adversário é o inverno¹¹⁵. De fato, em fins de julho, quando

¹¹² Em entrevista a nós concedida, João Paulo chega a comentar que “[...] Carlos Wilson (Calí), na nossa avaliação, estava com muita raiva dele [Roberto Magalhães] por conta das denúncias que ele tinha feito contra Calí na sua eleição e eles entraram numa linha de confronto”. Essa raiva, inclusive, teria sido utilizada pela campanha petista para ir “comendo pela beirada” e ir angariando votos.

¹¹³ O jornalista Sérgio Montenegro escreve que: “O próprio prefeito ajudaria a reforçar a munção contra ele, ao protagonizar uma cena insólita para o modelo da política urbana atual. Dizendo-se indignado com nota publicada pelo colunista social Orismar Rodrigues do *Jornal do Commercio*, atribuindo à primeira dama Jane Magalhães um suposto veto à criação do Parque das Esculturas no Marco Zero do Recife, de autoria do artista plástico Francisco Brennand – por conta do ‘formato fálico’ do obelisco principal – Magalhães foi à redação do jornal com um revólver na cintura para tomar satisfações com o colunista. A história da confusão vazou e terminou sendo utilizada pelos adversários. Anos depois, o ex-prefeito justificaria ter ido armado ao JC temendo represálias da equipe de segurança do jornal. Mas garantiu que nunca planejou atirar no jornalista” (MONTENEGRO, Sérgio, 2020, p.74-75).

¹¹⁴ Cf. *Jornal do Commercio*, 10 de Julho de 2000.

¹¹⁵ Cf. *Diário de Pernambuco*, 24 de Julho de 2000.

o prefeito disse isso, o Recife vivia um ciclo de chuvas que ocasionou em uma série de mortes. No momento da solenidade em que passava o comendo da PCR ao vice-prefeito¹¹⁶, Raul Henry, 12 corpos já se acumulavam em escombros pela cidade¹¹⁷. Nesse período, falava-se da oposição explorar a situação para culpar o prefeito por negligências na prevenção, enquanto o prefeito se defendia os acusando de fazer uso político das mortes. De fato, as oposições colocaram suas equipes de televisão na rua com o intuito de registrar os desastres causados, principalmente nos morros, com o objetivo de gerar conteúdo para os guias eleitorais que começariam no dia 15 de Agosto. Exemplo principal disso colocado pela imprensa foi Vicente André Gomes, que percorreu pessoalmente os locais mais críticos da cidade¹¹⁸. Em resposta, o próprio Roberto Magalhães se colocou a andar pelos morros e a lamentar as mortes que até então tinham ocorrido¹¹⁹. Do outro lado, a oposição falava, principalmente a partir de André Gomes e Fred Brandt, em processar o prefeito pelos estragos ocorridos. Também ela, agora através de João Paulo, Fred Brandt, Carlos Wilson e Carlos Pantaleão, argumentou que as mortes poderiam ter sido evitadas se o prefeito tivesse se comprometido com a remoção de todas as cinco mil famílias que moravam em áreas de risco¹²⁰. Foi bem nítida a tentativa dos candidatos de oposição de explorar a situação das chuvas contra o então prefeito. Nesse cenário, até mesmo João Braga, que não era mais candidato, também partia para a ofensiva contra o mandatário, a quem chamou de incompetente e sinalizou que não cessaria com os ataques¹²¹. Dessa forma, a questão das chuvas escalonou de tal maneira que o Diário de Pernambuco chegou a estampar a manchete de seu caderno eleitoral com o título “Chuvas viram principal mote da campanha” com uma charge ao lado simulando uma cena do filme Titanic em que Roberto Magalhães aparece navegando em um navio chamado “Reeleição” dentre casas totalmente submersas que poderiam afundar o navio tal como o iceberg que afundou o Titanic (Figura 4).¹²²

Figura 4 – Reportagem sobre as chuvas na campanha eleitoral

¹¹⁶ Roberto Magalhães optou por se afastar da Prefeitura da Cidade do Recife durante o período eleitoral, deixando o comando nas mãos do vice prefeito Raul Henry. Para tanto, Magalhães argumentou “por uma questão de tempo e ética” sua ausência PCR e foco na campanha. Cf. Diário de Pernambuco, 01 de Agosto de 2000.

¹¹⁷ Cf. Diário de Pernambuco, 01 de Agosto de 2000.

¹¹⁸ Cf. Jornal do Commercio, 01 de Agosto de 2000.

¹¹⁹ Cf. Jornal do Commercio, 02 de Agosto de 2000.

¹²⁰ Cf. Diário de Pernambuco, 01 de Agosto de 2000.

¹²¹ Cf. Jornal do Commercio, 02 de Agosto de 2000.

¹²² Cf. Jornal do Commercio, 06 de Agosto de 2000.



Fonte: Jornal do Commercio

Com a aproximação do dia 15, os candidatos já começavam a planejar seus guias eleitorais. A União pelo Recife abocanharia mais tempo do que toda a oposição somada, pouco mais de 15 minutos do guia, seguida da Frente de Esquerda do Recife com 04 minutos e 19 segundos, da Frente de Oposição Recife Melhor com 03 minutos e 42 segundos, da Frente Popular pelo Recife com 02 minutos e 45 segundos e dos candidatos Carlos Pantaleão e Fred Brandt, cada um com 01 min e 40. Não tendo o mesmo tempo e recursos da situação, a equipe dos candidatos precisava improvisar. João Paulo, por exemplo, apostava num programa “extremamente popular”, que não exploraria nenhum recurso especial e apenas mostraria os problemas da cidade¹²³. Além disso, o candidato do PT esperava compensar as deficiências da campanha com uma militância engajada, onde dizia até saber da dependência dela¹²⁴. Ao tratar sobre isso em entrevista a nós concedida, João Paulo tratou a militância como “a grande diferença na campanha”, que “entrou de cheio na eleição de 2000”. O PT por si só, desde a década de 1980, já era conhecido por ter conseguido arregimentar uma forte militância de forma, por que não dizer, “profissional”. De fato, o engajamento da militância realmente ocorreu de tal forma a gerar algumas situações futuras ao longo do pleito.

Se João Paulo iria para um caminho popular, os produtores do guia de Roberto Magalhães apostavam num formato “leve e dinâmico”, que explorasse depoimentos de líderes políticos e comunitários e, inclusive, pudesse responder ataques relacionados à questão das chuvas. Nesse campo da defesa, o próprio Magalhães já montava uma “tropa de choque” que

¹²³ Cf. Jornal do Commercio, 12 de Agosto de 2000.

¹²⁴ Cf. Jornal do Commercio, 08 de Agosto de 2000.

responderia aos ataques, sendo formada não apenas pelo governador do Estado, Jarbas Vasconcelos, mas como também pelos ex-prefeitos Gustavo Krause, Joaquim Francisco e Gilberto Marques Paulo¹²⁵.

Já Carlos Wilson planejava uma extensão do programa que já corria explorando o personagem do Mané Chinês, seguindo a linha de um “humor crítico”, porém “evitando o desaforo e a crítica pessoal”¹²⁶. Essa orientação, contudo, não evitou o ganho de causa da coligação de Roberto Magalhães num processo que pedia o fim da veiculação do Mané. Vicente André Gomes, por outro lado, seguia o caminho do candidato do PT e apostava num guia que falasse “a língua do povo”¹²⁷. Eram várias as formas de abordagem das campanhas na busca pela atenção do eleitor principalmente a partir das críticas e ataques à gestão de Magalhães¹²⁸. Foram exatamente esses ataques que levaram a coligação de Roberto Magalhães a entrar na Justiça e ganhar a obrigatoriedade do fim da veiculação do Mané Chinês de Carlos Wilson em cenas gravadas fora do estúdio^{129 130}. Fora disso, o Mané seguia¹³¹. Ainda assim, talvez como resposta, a nova cartada de Wilson para o guia veio a ser o quase candidato João Braga, que passou a integrar a campanha como consultor¹³². Outro que passou a ingressar na campanha do chamado pós-socialista foi Miguel Arraes. Após a derrota em 1998, muito se falou do receio em usar o nome e imagem de Arraes, mesmo tendo o PSB na coligação, por causa do desgaste. Para responder a essas especulações, Wilson até chegou a combinar a entrada do ex Governador do Estado a partir de uma caminhada pelos bairros do Buriti, Roda de Fogo e Brejo¹³³, o que não se cumpriu, afinal Miguel Arraes só viria a entrar na campanha nas vésperas da eleição, no último evento da campanha¹³⁴. Enquanto isso, Carlos Wilson e o neto de Arraes, Eduardo Campos, partiam para o ataque contra Jarbas Vasconcelos¹³⁵.

¹²⁵ Cf. *Jornal do Commercio*, 12 de Agosto de 2000.

¹²⁶ Cf. *Jornal do Commercio*, 12 de Agosto de 2000.

¹²⁷ Cf. *Jornal do Commercio*, 12 de Agosto de 2000.

¹²⁸ Cf. *Jornal do Commercio*, 16 de Agosto de 2000.

¹²⁹ Cf. *Jornal do Commercio*, 18 de Agosto de 2000.

¹³⁰ A proibição de inserções do Mané Chinês não impediu Carlos Wilson de realizar caminhadas com o personagem por diversas partes da cidade, por exemplo. Cf. *Jornal do Commercio*, 01 de Setembro de 2000.

¹³¹ Até o começo de setembro, a União pelo Recife já havia tentado retirar do ar o Mané por quatro vezes. Sem sucesso. A Justiça Eleitoral entendeu que a campanha era regular e só deu ganho de causa para o caso das cenas gravadas fora de estúdio nas inserções comerciais. Cf. *Jornal do Commercio*, 03 de Setembro de 2000.

¹³² Cf. *Jornal do Commercio*, 21 de Agosto de 2000.

¹³³ Cf. *Diário de Pernambuco*, 31 de Agosto de 2000.

¹³⁴ Cf. *Jornal do Commercio*, 27 de Setembro de 2000.

¹³⁵ Cf. *Jornal do Commercio*, 21 de Agosto de 2000.

No começo de setembro a campanha de Wilson teve reafirmado o apoio de João Braga, agora devidamente sem filiação com o PSDB¹³⁶. Além disso, a campanha contou, além de uma carreata com a presença de Ciro Gomes¹³⁷, presidenciável do partido, com seu primeiro ato com a presença de poderosas figuras da política, os chamados “caciques”. Através de uma caminhada participaram caciques locais como André Campos, o senador Roberto Freire (PPS), o deputado Eduardo Campos, o candidato a vice de Wilson, Dilton da Conti e os vereadores Waldemar Borges (PPS), Sileno Guedes (PSB) e João Arraes (PSB)¹³⁸. Já do lado do prefeito, o mesmo ocorreu através também de uma caminhada junto a Magalhães da qual participaram nomes como o do vice na chapa, Sérgio Guerra (PSDB), o vice governador Mendonça Filho (PFL), o deputado federal Inocêncio Oliveira (PFL), o deputado federal e presidente do regional do PSDB, Luiz Piauhyllino e, claro, o então governador e maior entusiasta da coligação, Jarbas Vasconcelos (PMDB)¹³⁹.

Com o avançar do mês, mais uma vez o pacto de não agressão já citado anteriormente acabou sendo reafirmado, dessa vez entre o candidato do PT, João Paulo, e o do PPS, Carlos Wilson¹⁴⁰. Definiu-se que o foco não era a disputa pelo eventual segundo lugar que levaria ao segundo turno, mas sim atacar Roberto Magalhães pouco tempo após a divulgação de uma pesquisa da Datafolha em que ele aparecia com 50% dos votos¹⁴¹. Isso, é claro, já vinha ocorrendo tendo, contudo, suas variações a depender da candidatura. João Paulo partia para uma tentativa de polarizar com o então prefeito principalmente a partir de uma nacionalização do pleito, trazendo inclusive o nome do presidente Fernando Henrique Cardoso para o debate. Já Wilson se envolvia com Magalhães não só pelos atritos em torno do Mané Chinês, mas também por uma série troca de acusações políticas entres as partes, gerando uma marca de agressividade entre eles na eleição¹⁴². Nesse sentido, o reforço ao pacto de não agressão (ou de agressão conjunta ao prefeito), mais do que estratégia que beneficiasse especificamente alguma das campanhas, era uma forma de tentar levar o pleito para um segundo turno a partir do qual estaria, como já alardeada, a oposição junta. Nesse cenário, Magalhães já se colocava

¹³⁶ Cf. Jornal do Commercio, 02 de Setembro de 2000.

¹³⁷ Cf. Diário de Pernambuco, 04 de Setembro de 2000.

¹³⁸ Cf. Jornal do Commercio, 02 de Setembro de 2000.

¹³⁹ Cf. Jornal do Commercio, 05 de Setembro de 2000.

¹⁴⁰ Cf. Jornal do Commercio, 08 de Setembro de 2000.

¹⁴¹ Cf. Jornal do Commercio, 07 de Setembro de 2000.

¹⁴² Da mesma forma, apesar de ocupar o terceiro lugar durante todas as pesquisas do pleito, Carlos Wilson era considerado pelo PFL como o mais forte adversário do prefeito, o que aumentava ainda mais a polarização entre eles. Com ambos ocupados um com o outros, a campanha de João Paulo de fato se preocupou com medo de que essa polarização derretesse a candidatura petista. Mas até que ponto também talvez não tenha encontrado aí João Paulo campo fértil para crescimento e estabilização no segundo lugar das pesquisas ?. Cf. Diário de Pernambuco, 06 de Setembro de 2000.

“pronto para a guerra” contra a oposição¹⁴³. João Paulo falava em manter a linha “apimentada, mas sem partir para a baixaria”¹⁴⁴, onde apimentar significaria “insistir na crítica política e na identificação dos representantes da política neoliberal no país e no Recife”. Como estratégia de campanha, João Paulo e aliados chegaram a receber por mais de uma vez Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidenciável e principal liderança política do Partido dos Trabalhadores. Na última, a ideia era animar a tão comentada militância petista como forma de levar a candidatura do partido ao segundo turno¹⁴⁵, e assim foi feito com Lula pedindo “voto contra FHC [Fernando Henrique Cardoso]” e falando em “federalizar” a disputa, de olho na sucessão de 2002¹⁴⁶.

Em meados de setembro os esforços oposicionistas aparentavam estar surtindo algum efeito. Pesquisa Datafolha publicada no *Jornal do Commercio*¹⁴⁷ demonstrou que caiu de 14 para 6 pontos a diferença entre o primeiro colocado (Roberto Magalhães com 48% dos votos totais) e a soma dos demais candidatos (que trás João Paulo ocupando a segunda posição com 22%). Pouco tempo após a divulgação da pesquisa, contudo, um elemento voltou a se somar nesses cálculos eleitorais a partir do retorno das chuvas. Levando em conta não apenas o histórico da cidade mas também as próprias lembranças do que havia ocorrido naquele ano, não é de se surpreender que o retorno delas preocupasse principalmente ao prefeito licenciado. Há pouco menos de duas semanas do pleito, o retorno das chuvas assustou a ponto de fazer Magalhães reforçar de que seu adversário era a chuva, principalmente após os alagamentos e o deslizamento de morros por elas causadas¹⁴⁸.

Contudo, o grande fator que sempre tem sido lembrado ao se tratar desse pleito só viria a ser inserido no dia 24 de setembro em plena Avenida Boa Viagem. Durante uma carreata, Roberto Magalhães teria perdido o controle ante as provocações de militantes opositores¹⁴⁹, o que ocasionaria na agressão de um senhor de aproximadamente 55 anos¹⁵⁰ e no prefeito dando “bananas” com os braços a petistas, realizando um gesto impróprio (Figura

¹⁴³ Cf. *Jornal do Commercio*, 13 de Setembro de 2000.

¹⁴⁴ Cf. *Jornal do Commercio*, 13 de Setembro de 2000.

¹⁴⁵ Cf. *Jornal do Commercio*, 14 de Setembro de 2000.

¹⁴⁶ Cf. *Jornal do Commercio*, 15 de Setembro de 2000.

¹⁴⁷ Cf. *Jornal do Commercio*, 17 de Setembro de 2000.

¹⁴⁸ Cf. *Jornal do Commercio*, 18 de Setembro de 2000.

¹⁴⁹ A própria imprensa da época não sabia ao certo o que ocasionou tudo isso, com alguns chegando a dizer que o homem teria xingado e empurrado o prefeito. Sergio Guerra disse que Magalhães chegou a ser ofendido com palavras até reagir e ser contido por Jarbas e assessores. Diz-se também que a raiva do prefeito licenciado só aumentou após petistas que faziam panfletagem na orla o vaiarem e provocá-lo dizendo que iria para o segundo turno e o chamarem de violento. Cf. *Diário de Pernambuco*, 25 de Setembro de 2000.

¹⁵⁰ Cf. *Jornal do Commercio*, 25 de Setembro de 2000.

5). Esses causos teriam desencadeado em confronto entre militantes da União pelo Recife e do PT, “com troca de insultos, empurra-empurra, tapas, chutes e correria no calçadão”, que só foi cessado quando seguranças de Magalhães partiram pra cima da militância opositora até dispersá-los¹⁵¹. Em entrevista a nós concedida, João Paulo chega a confirmar alguns pontos ao dizer que “[...] eles passaram e a turma do PT lá embaixo esculhambando Roberto Magalhães, foi quando ele deu a banana”. Houve, portanto, uma tensão entre a militância petista, a comitiva do candidato do PFL e ainda o aditivo de um movimento de campanha de Carlos Wilson que também ocorria no mesmo local¹⁵² (e que foi acusado de ter impedido a passagem), no mesmo momento. Dessa maneira, o evento relatado assumiu contornos incontroláveis por parte principalmente da exploração que a própria oposição fez do caso, inclusive nos guias eleitorais¹⁵³. No segundo turno, isso pesaria e não por acaso é até hoje um momento chave ao se falar sobre a eleição para a Prefeitura da Cidade do Recife no ano 2000¹⁵⁴.

Ao fim, milhares de militantes e candidatos nas proporcionais¹⁵⁵ eram mobilizados para a boca de urna¹⁵⁶ ainda permitida, servindo a várias candidaturas. Enquanto o PT contava com sua militância planejando avermelhar a cidade¹⁵⁷, Carlos Wilson, por exemplo, preparou milhares de “Mané Chinês” para trabalharem e ocuparem espaço no dia da eleição¹⁵⁸. Essa era a aposta de Wilson que, contudo, não se cumpriu. Roberto Magalhães, com 49,42% dos votos válidos, e João Paulo, com 35,62% dos votos válidos, acabaram sendo os escolhidos pelo povo para avançar para o segundo turno¹⁵⁹.

4.2 O SEGUNDO TURNO

¹⁵¹ Cf. Jornal do Commercio, 25 de Setembro de 2000.

¹⁵² O Diário de Pernambuco chegou a noticiar que teria sido esse o grande motivo da agressividade de Roberto Magalhães. Realizando caminhada a poucos metros da carreata robertista, Carlos Wilson teria subido num trio elétrico para discursar contra os adversários. Insatisfeito com o atraso, o prefeito teria descido do trio exigindo a saída da militância do PPS alegando que “quem está aqui é um ex-governador, prefeito licenciado e Jarbas Vasconcelos. Carlos Wilson não tem o direito de impedir a nossa passagem”. Cf. Diário de Pernambuco, 25 de Setembro de 2000.

¹⁵³ Antes mesmo deste fato, o guia já vinha apresentando uma série de ataques à Magalhães e à sua gestão vindos dos mais diversos candidatos (Cf. Diário de Pernambuco, 05 de Setembro de 2000). Nesse contexto, o caso em particular fez gerar, contudo, uma especialização e um agravamento das críticas.

¹⁵⁴ Cf. Jornal do Commercio: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/08/20/onda-vermelha-conquistou-o-recife-com-a-eleicao-de-joao-paulo-em-2000-249414.php>

¹⁵⁵ Cf. Diário de Pernambuco, 24 de Setembro de 2000.

¹⁵⁶ “A propaganda de boca de urna consiste na atuação de cabos eleitorais e demais ativistas junto aos eleitores que se dirigem à seção eleitoral, no dia da votação, visando a promover e pedir votos para seu candidato ou partido”. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Abril/voce-sabe-o-que-e-boca-de-urna-o-glossario-eleitoral-brasileiro-explica>. Acessado em 13/10/2022

¹⁵⁷ Cf. Diário de Pernambuco, 30 de Setembro de 2000.

¹⁵⁸ Cf. Jornal do Commercio, 30 de Setembro de 2000.

¹⁵⁹ Cf. Jornal do Commercio, 02 de Outubro de 2000.

Os resultados do primeiro turno soaram como surpresa principalmente por causa do desempenho do candidato do PT, João Paulo, e seus 35% dos votos, o que contrariou muito o que era apontado pelas pesquisas que retratavam um cenário de vitória em primeiro turno para Roberto Magalhães. A surpresa foi tamanha que não só atrapalhou os planos de retorno de Magalhães para a prefeitura, já agendados para o dia 02 de Outubro, como também animou muito a militância do PT nas suas celebrações¹⁶⁰.

Em entrevista ao Diário de Pernambuco logo após o resultado, João Paulo disse não rejeitar o apoio de nomes como Miguel Arraes, Ciro Gomes e Carlos Wilson desde que eles estivessem dispostos a fazer oposição tanto ao governo estadual quanto ao federal, demonstrando que a tônica do discurso petista continuaria sendo a da nacionalização do pleito¹⁶¹. Do outro lado, a imprensa narrou um clima de derrota após a divulgação do resultado diante da expectativa de liquidar o pleito já no primeiro turno¹⁶². Magalhães ainda tentou controlar a situação ao dizer que o Recife escolheu “os melhores candidatos. Os únicos que tem condições de governar a cidade”¹⁶³. O candidato a vice prefeito na coligação do PFL, Sérgio Guerra, chegou a aventar a hipótese do segundo turno ter ocorrido em decorrência das taxas de abstenção em áreas onde sua chapa eram mais fortes. Já o então governador Jarbas Vasconcelos minimizou o resultado ao dizer que “eleição é assim mesmo” e que se considerava um vencedor pelo desempenho ao longo do resto do estado¹⁶⁴. Contudo, apesar da aparente despreocupação com o pleito, a realidade era outra, com o governador entrando em campo na campanha e falando “Se Roberto vencer, é vitória dele. Se perder, é derrota minha”¹⁶⁵.

Passadas as emoções iniciais, ambas as campanhas começavam a reestabelecer seus passos. Roberto Magalhães planejava aparecer mais no guia, onde acreditava ter ficado escondido no primeiro turno¹⁶⁶, enquanto João Paulo já voltava para a campanha de rua e tinha agora o vereador eleito Humberto Costa como coordenador de campanha¹⁶⁷. O candidato petista continuaria apostando na emoção da militância e numa “onda vermelha” que, segundo ele, “é crescente em todo país em função do sentimento de revolta contra o governo de Fernando Henrique Cardoso, que o prefeito-candidato Roberto Magalhães

¹⁶⁰ Cf. Diário de Pernambuco, 02 de Outubro de 2000.

¹⁶¹ Cf. Diário de Pernambuco, 02 de Outubro de 2000.

¹⁶² Cf. Diário de Pernambuco, 02 de Outubro de 2000.

¹⁶³ Cf. Jornal do Commercio, 02 de Outubro de 2000.

¹⁶⁴ Cf. Diário de Pernambuco, 02 de Outubro de 2000.

¹⁶⁵ Cf. Jornal do Commercio, 03 de Outubro de 2000.

¹⁶⁶ Cf. Diário de Pernambuco, 03 de Outubro de 2000.

¹⁶⁷ Cf. Diário de Pernambuco, 03 de Outubro de 2000.

representa e reproduz no Recife”¹⁶⁸. Enquanto isso, o candidato do PFL apostava numa “ideologização” de seus apoiadores a partir da associação do PT às invasões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao regime cubano de Fidel Castro, ao “arraesismo” e enquanto risco aos empresários¹⁶⁹. Da mesma forma tentou o candidato amenizar sua imagem a partir de um pedido de desculpas “pelos possíveis excessos com que reagi às provocações dos meus adversários”, enquanto seu aliado, o governador Jarbas Vasconcelos mergulhava de vez na campanha, inclusive como mobilizador da militância¹⁷⁰
¹⁷¹.

Como esperado, outras candidaturas oposicionistas começaram a tomar posição no segundo turno. Fred Brandt (PSN) e Carlos Pantaleão (PSTU) declararam apoio à João Paulo logo após a divulgação dos resultados. No dia 10 foi a vez do senador Carlos Wilson (PPS) em ato de adesão à campanha¹⁷². Por fim, três dias depois, Vicente André Gomes (PDT) garantiu seu apoio ao candidato petista em um ato rápido, formalizando o sexto apoio à candidatura de esquerda que, além dos já citados, contou também com o apoio dos deputados João de Deus (PL) e Salatiel Carvalho (PMDB)^{173 174}.

Enquanto os apoios vinham para João Paulo, o guia recomeçava e esquentava na televisão, onde petistas acusavam Magalhães de autoritário e pefelistas tentavam vincular o PT à baderna¹⁷⁵. Como coloca o Diário de Pernambuco da época, “interessa ao PT polarizar a disputa entre a emoção, que seria a sua marca, e a insensibilidade, o estigma que escolheram para os pefelistas”¹⁷⁶. Nesse contexto, os 10 minutos de cada candidato acabaram se transformaram em palco para uma série de insinuações e acusações de ambos os lados.

O avanço das semanas levou à construção de metas diferentes para os passos finais da campanha. Roberto Magalhães apostaria no máximo da sua exposição como forma de ocupar espaço na mídia, principalmente no rádio e na televisão. Enquanto isso, sempre apostando na

¹⁶⁸ Cf. Diário de Pernambuco, 03 de Outubro de 2000.

¹⁶⁹ Cf. Diário de Pernambuco, 05 de Outubro de 2000.

¹⁷⁰ Cf. Diário de Pernambuco, 10 de Outubro de 2000.

¹⁷¹ A mobilização de Jarbas era tamanha que o governador chegou a dedicar o expediente da tarde e da noite somente para a campanha. Cf. Diário de Pernambuco, 11 de Outubro de 2000.

¹⁷² Cf. Diário de Pernambuco, 11 de Outubro de 2000.

¹⁷³ Cf. Diário de Pernambuco, 14 de Outubro de 2000.

¹⁷⁴ De acordo com João Paulo, outros nomes também declararam apoio a ele, ainda que alguns na clandestinidade. Em entrevista, ele comenta que: Teve deputados e vereadores, muitos se mantiveram, mas na clandestinidade, que até era da base do governo (que eu não quero falar aqui o nome). Mas nós tínhamos alguns deputados que apoiaram o governo, que apoiaram na eleição.

¹⁷⁵ Cf. Diário de Pernambuco, 13 de Outubro de 2000.

¹⁷⁶ Cf. Diário de Pernambuco, 13 de Outubro de 2000.

sua militância voluntária, João Paulo contava em idas às ruas com ela¹⁷⁷. Nesse cenário, a campanha do PT parece não ter sido afetada por um fato novo que caiu nas costas das Uniões e que limitou a campanha do PFL: a greve dos profissionais da Polícia Militar (PM). O momento em que essa greve se desenvolveu, basicamente nas últimas semanas do segundo turno (e sendo resolvida logo após ele), levantou muita desconfiança de que pudesse ter sido criada com intenções político eleitorais, principalmente com o objetivo de criar uma crise para a situação e beneficiar a oposição. Diante dessas acusações, em entrevista a nós concedida, o candidato petista se defende falando exatamente sobre essas acusações:

[...] não tínhamos participação nenhuma na greve dos policiais até porque a gente não tem uma base na polícia militar. Eu tinha sido vítima em 1992, mas quando terminou a eleição no outro dia eu fui ao piquete, ajudar eles lá na frente do Palácio do Governo, se abriu a negociação. Mas a gente só via eles nos acusando da greve, mas a greve era o descaso mesmo do governo Roberto Magalhães em relação ao tratamento com a polícia¹⁷⁸.

Curiosamente, o enfrentamento no guia eleitoral mais uma vez se acirrou com as candidaturas fugindo de ter suas imagens vinculadas à greve. De um lado, Roberto Magalhães questionava o momento em que a greve foi estabelecida, durante a campanha eleitoral, logo após, segundo ele, o Governo do Estado ter aprovado melhorias à categoria. Mesmo evitando acusar diretamente seu adversário, ele questionava abertamente a quem interessava essa greve. Do outro lado, Humberto Costa, agora como coordenador da campanha petista, falava que “a vinculação da greve ao PT é mais uma irresponsabilidade da coligação que apoia Magalhães”, justificando basicamente o que João Paulo nos disse de que o partido não teria força junto à PM para influenciá-la dessa forma. Nesse sentido, o coordenador chegou até a atestar de que “não seremos oportunistas” ao negar aproveitamento da situação¹⁷⁹.

De toda forma, a greve da PM adicionou mais um elemento de tensão a uma eleição em que os candidatos se digladiavam cotidianamente tanto nos guias eleitorais que fora preciso a um juiz marcar uma reunião com as partes para conter os ataques¹⁸⁰. As tensões eram tamanhas que o juiz da Propaganda Eleitoral, Bartolomeu Bueno, chegou a ameaçar tirar o guia do ar¹⁸¹. Talvez não tendo obtido sucesso, o TRE passou então a punir PT e PFL com cortes na TV, o que gerou ruídos nas campanhas, principalmente na petista. Sobre isso, João

¹⁷⁷ Cf. Diário de Pernambuco, 22 de Outubro de 2000.

¹⁷⁸ Apesar da citação exclusiva a Roberto Magalhães, João Paulo, em época, chegou a culpar o então governador Jarbas Vasconcelos pela greve, chamando-o, durante o guia eleitoral, de “imprudente e intransigente” com os policiais. Cf. Diário de Pernambuco, 26 de Outubro de 2000.

¹⁷⁹ Cf. Jornal do Commercio, 22 de Outubro de 2000.

¹⁸⁰ Cf. Diário de Pernambuco, 23 de Outubro de 2000.

¹⁸¹ Cf. Jornal do Commercio, 24 de Outubro de 2000.

Paulo comenta que, mesmo diante de uma sucessão de cortes, continuou-se a explorar o caso do gesto obsceno feito por Magalhães:

[...] nós enfrentamos e tivemos muitas dificuldades com a Justiça Eleitoral. Nos sentimos muito perseguidos, inclusive no nosso último programa, a gente ficou só com vinte segundos. [...] O que nós fizemos com os vinte segundos que a gente tinha? Botamos só a “banana”, assim [som fazendo o gesto e risos]. É por isso que digo a você que foi uma estratégia de comunicação, e eles “lascando o pau” em cima da gente e a gente [novamente o som fazendo o gesto da “banana”].

Contudo, as restrições do TRE não vieram somente no tempo. O Tribunal chegou a proibir manifestações de rua e suspender inserções e o guia¹⁸². A proibição de campanha de rua foi questionada inclusive por uma série de entidades como a Central Única de Trabalhadores (CUT), o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea), O Centro Dom Hélder Câmara (Cendhec), o Movimento Tortura Nunca Mais e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)¹⁸³. Enquanto isso, os ataques na propaganda eleitoral geravam direitos de respostas mútuos que corroíam ambos os tempos dos candidatos¹⁸⁴.

Por fim, os últimos dias de campanha eram marcados pela presença de Jarbas no palanque de Magalhães e de Lula no palanque de João Paulo, com ambos convocando suas militâncias¹⁸⁵. No caso petista, o encerramento da campanha num ginásio ocorreu com o tradicional apelo à militância, convocando cada militante a se tornar multiplicador na busca por votos, principalmente na boca de urna. Da mesma forma, o apelo à militância também foi feito do lado de Jarbas e Magalhães em evento realizado em clube. Ataques ao PT não foram poupados, com Vasconcelos considerando aquela uma continuação da eleição de 1998 na luta contra “o atraso” e com ele mesmo assumindo que “estamos lutando pela manutenção da coligação”. Quais efeitos a derrota teria sobre a coligação é um ponto a se medir, mas a questão final e principal, contudo, é que o resultado se definiu por uma diferença de 5.835 votos, consagrando João Paulo (PT) como o novo prefeito do Recife, com 50,38% dos votos válidos dos votos contra 49,61% do então prefeito Roberto Magalhães.

4.3 ENTRE A RAZÃO E A EMOÇÃO: UM OLHAR SOBRE OS RESULTADOS

As interpretações mais tradicionais trazidas pela imprensa sobre a eleição para a prefeitura da cidade do Recife no ano 2000 sempre valorizaram mais a questão do gesto

¹⁸² Cf. Diário de Pernambuco, 25 de Outubro de 2000.

¹⁸³ Cf. Jornal do Commercio, 26 de Outubro de 2000.

¹⁸⁴ Cf. Diário de Pernambuco, 28 de Outubro de 2000.

¹⁸⁵ Cf. Diário de Pernambuco, 27 de Outubro de 2000.

obsceno ocorrido na Avenida Boa Viagem e toda a carga emocional que o pleito passou a assumir a partir daí, principalmente. Ao acompanhar a situação e suas decorrências, o jornalista Sérgio Montenegro detalha que: “As fotos foram parar nas primeiras páginas dos jornais do Estado e terminaram amplamente reproduzidas nos programas eleitorais de TV dos candidatos adversários no dia seguinte. Estava feito um estrago no palanque pefelista, que se mostraria irrecuperável” (MONTENEGRO, 2020, p. 75).

As notícias da época já davam conta da dimensão emocional que assumia o pleito. Após os resultados, Roberto Magalhães já falava: “perdemos para a emoção”¹⁸⁶. É certo que a derrota dele representou uma derrota para o presidente Fernando Henrique Cardoso, para a União por Pernambuco, mas talvez não necessariamente a Jarbas, apesar dele se colocar como principal responsável. O próprio João Paulo, ao comemorar a vitória, reafirmou isso: “Derrotamos FHC [Fernando Henrique Cardoso], não Jarbas”.

Jarbas não foi derrotado. Existiu uma disputa entre dois programas, em que um venceu e outro não. O que existe agora é um prefeito eleito que tem responsabilidade de ter uma boa relação com o Governo do Estado¹⁸⁷.

É claro que a fala de João Paulo já se insere no discurso de um prefeito eleito que iria buscar ter boas relações com outros níveis da administração, mas olhando agora em longo prazo, sabendo da vitória que Jarbas viria a ter em 2002, é possível compreender que o abalo sentido na União por Pernambuco com a derrota no Recife e em outros municípios não representou necessariamente uma grande derrota para Jarbas, apesar de ter sido sim um atrapalho nos planos estabelecidos.

Anos depois, em entrevista ao Jornal do Commercio, Roberto Magalhães rememorou sua derrota:

Foram dois fatos que decretaram a minha derrota, não é ? Esse boato [de insatisfação da esposa do prefeito com a obra do artista plástico Francisco Brennand que levou Magalhães armado à porta do Jornal do Commercio], não é, ardidamente espalhado pra me diminuir, pra me desgastar. E a outra que foi a nossa carreata final em Boa Viagem que colocaram um caminhão para interromper e colocaram uma pesada e buliçosa facção do PT com, e eu estava com minha mulher, com nomes mais pesado, provocações de todo tipo, muita tapa, muito murro, tudo mais, mas eles ganharam com as provocações e eu fiz um gesto, entendeu, e esses dois gestos pesaram muito (ARAÚJO, Mariana Et al. Jornal do Commercio, 20/08/2016).

Não buscamos ou buscaremos negar aqui o peso dessas situações e das afirmações previamente exploradas. É impossível não imaginar que a alguns segmentos sociais essas

¹⁸⁶ Cf. Jornal do Commercio, 30 de Outubro de 2000.

¹⁸⁷ Cf. Jornal do Commercio, 30 de Outubro de 2000.

questões tenham pesado na hora do voto. Nossa questão aqui, contudo, é seguir que, “para o historiador, o singular, empregado muitas vezes por comodidade, corresponde a uma realidade plural, às tendências da opinião pública”¹⁸⁸, onde o fenômeno eleitoral desestimula a esperança de descobrir uma causa única que o explique (RÉMOND, 2003, p. 43). Nesse sentido, buscaremos aqui ampliar o entendimento sobre o pleito a partir da sua localização no contexto inserido, tendo por base três autores principais: Jairo Nicolau, Márcio Nuno Rabat e Roberto Ramos. A partir deles, buscaremos enxergar o pleito e seus resultados como frutos de dois elementos principais: a ascensão do PT a nível regional e nacional e o descenso do PFL pernambucano. Nos utilizaremos de Nicolau e Rabat para falar do primeiro elemento e de Ramos para tratar sobre o segundo. Antes, contudo, de adentrarmos nessa ceara, gostaríamos de nos dedicar um pouco à análise de alguns gráficos na busca pelo entendimento de explanações sobre a postura da opinião pública durante o pleito, afinal, como coloca Becker,

[...] o estudo da opinião pública participa de uma ‘abordagem global da história’. Buscando apreender comportamentos e atitudes da população em sua massa, ele lhe permite consequentemente ser desmistificante. A narrativa histórica é de fato muito frequentemente revestida de uma película ou até mesmo de um manto de lendas¹⁸⁹.

A famigerada “banana” dada por Magalhães ocorreu no dia 24 de setembro de 2000. Nosso objetivo agora é tentar medir os efeitos que esse evento teve sobre a opinião pública a partir de gráficos eleitorais obtidos diretamente dos periódicos trabalhados, mesmo com todas as limitações que daí advém, inclusive em relação à ausência de algumas informações¹⁹⁰.

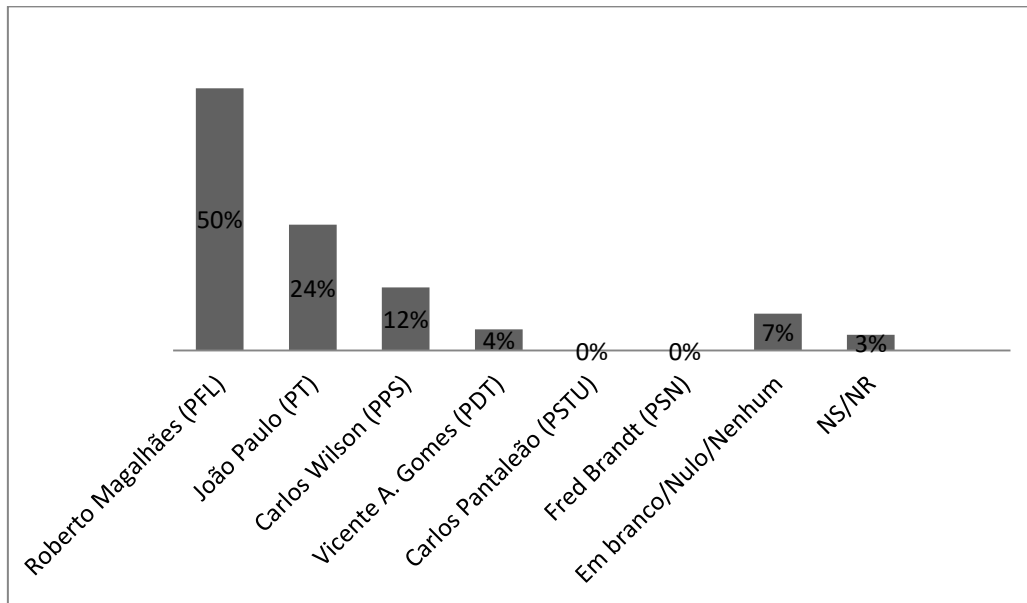
A pesquisa Datafolha mais recente que antecedesse o ocorrido foi publicada nos jornais no dia 22 de setembro (Gráfico 1). Nela, Magalhães aparece liderando o pleito com 50% dos votos totais, seguido por 24% de João Paulo, 12% Carlos Wilson, 4% de Vicente A. Gomes, com 0% dos outros candidatos, 7% de votos brancos, nulos ou nenhum e 3% de eleitores que não sabiam ou não responderam.

¹⁸⁸ BECKER, Jean-Jacques. **A opinião pública** In.: RÉMOND, René. **Por uma História Política**, 2003, p. 190-191.

¹⁸⁹ Id., 2003, p.186.

¹⁹⁰ Sentimos falta de alguns dados sobre a eleição em votos válidos, tal como poderá ser notado adiante.

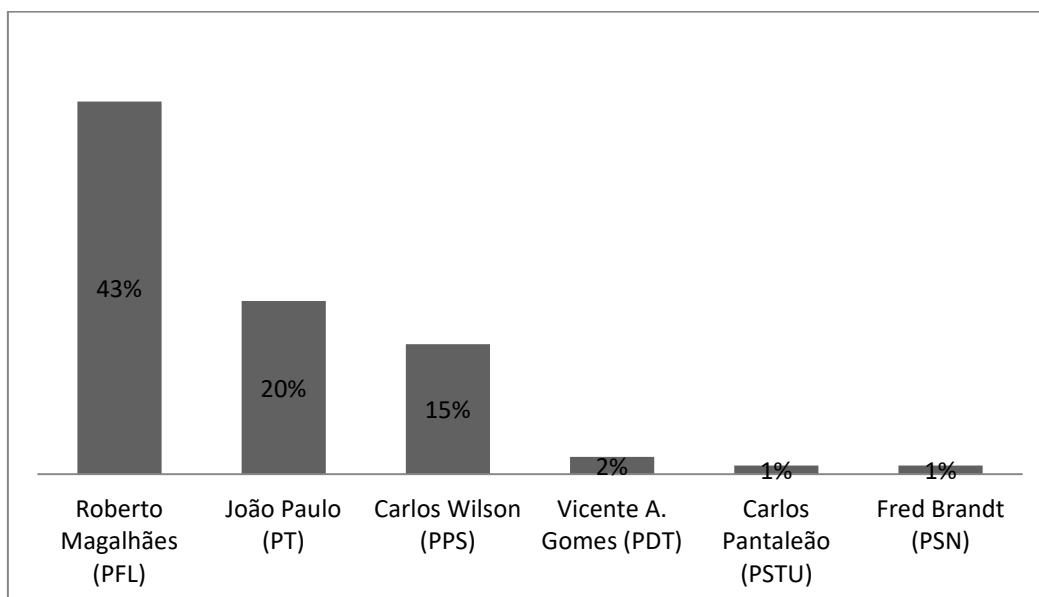
Gráfico 1 - Pesquisa Datafolha publicada dia 22 de setembro de 2000



Fonte: o autor com dados disponíveis no Jornal do Commercio.

Já a pesquisa Vox Populi/DIARIO, publicada no dia do ocorrido, dia 24 de setembro de 2000 (Gráfico 2), trazia Magalhães com 43% do votos totais, com João Paulo com 20%, Carlos Wilson com 15%, Vicente A. Gomes com 2% e Carlos Pantaleão e Fred Brandt com 1% cada.

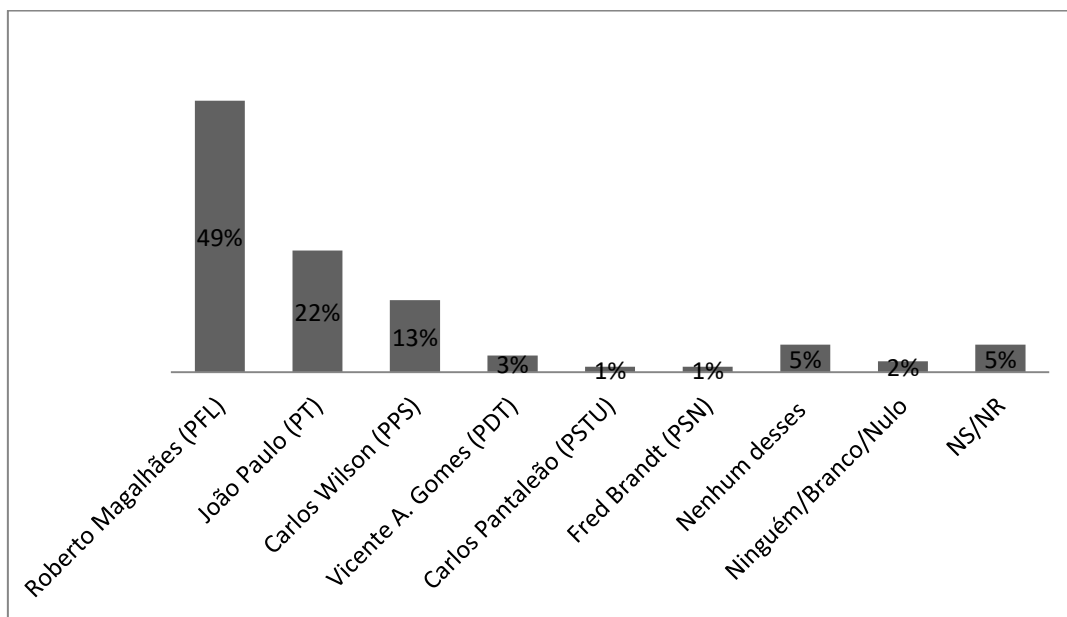
Gráfico 2 - Pesquisa Vox Populi/DIARIO publicada dia 24 de setembro de 2000



Fonte: o autor com dados disponíveis no Diário de Pernambuco.

Por fim, a pesquisa JC/Arconsult, publicada nos jornais no dia 14 de setembro de 2000, (Gráfico 3), trazia Roberto Magalhães com 49% dos votos totais, seguido de João Paulo com 22%, Carlos Wilson com 13%, Vicente Gomes com 3%, Carlos Pantaleão e Fred Brandt com 1%, tendo 5% em nenhum desses, 2% em ninguém, brancos ou nulos e 5% com não sabe ou não respondeu.

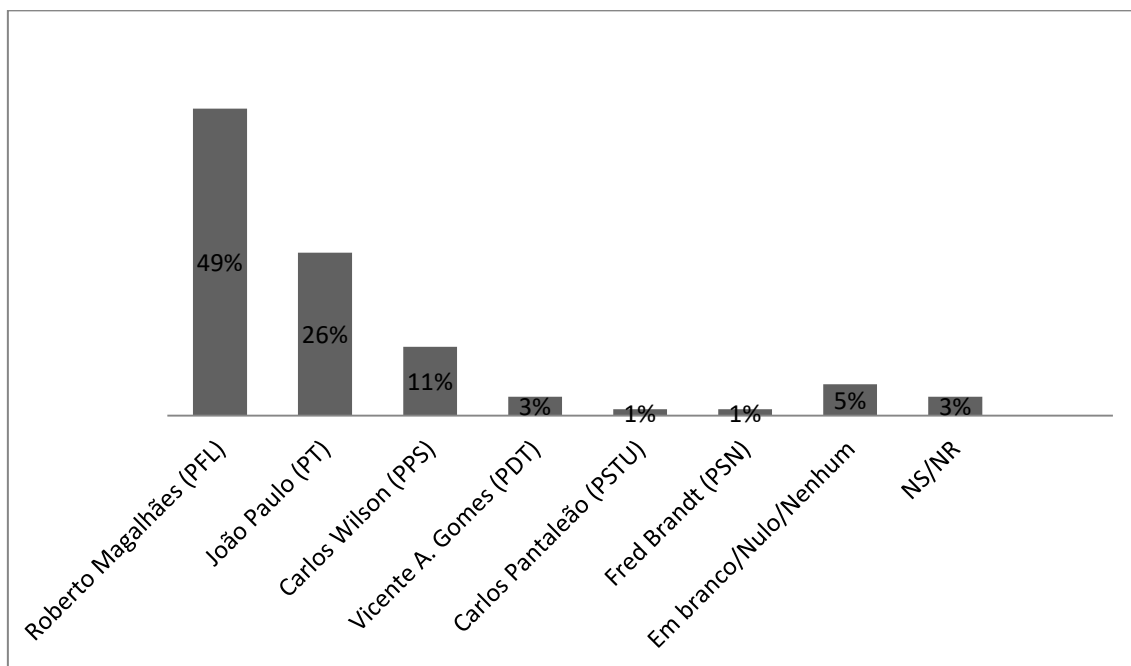
Gráfico 3 - Pesquisa JC/Arconsult publicada dia 14 de setembro de 2000



Fonte: o autor com dados disponíveis no Jornal do Commercio.

Já comparando com os números colhidos após o evento, com resultados publicados nos jornais dia 01 de outubro, o Datafolha (Gráfico 4) mostra muito pouca alteração no cenário, com Magalhães caindo um só ponto nos votos totais e mantendo as chances de vitória em primeiro turno. Enquanto isso, João Paulo crescia dois pontos e alcançava 26%.

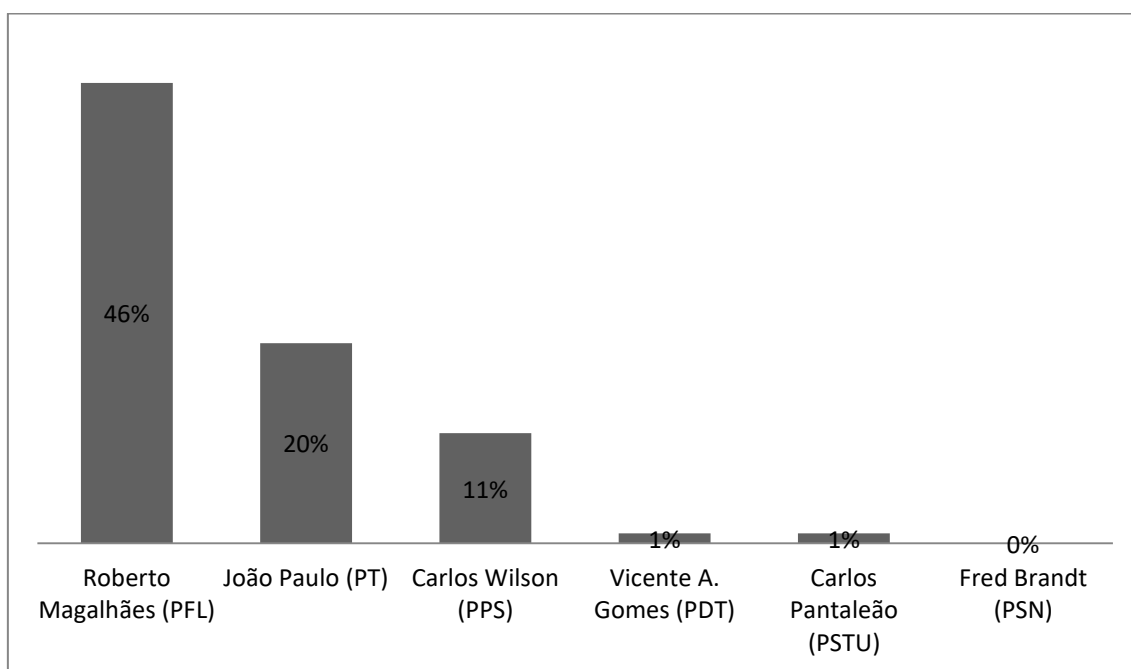
Gráfico 4 - Pesquisa Datafolha publicada dia 01 de outubro de 2000



Fonte: o autor com dados disponíveis no Jornal do Commercio.

A pesquisa Vox Populi/DIARIO do dia primeiro de outubro (Gráfico 5), em contra partida, já mostrava certa diferença com Magalhães crescendo três pontos percentuais e alcançando 46% dos votos totais enquanto João Paulo mantinha seus 20%.

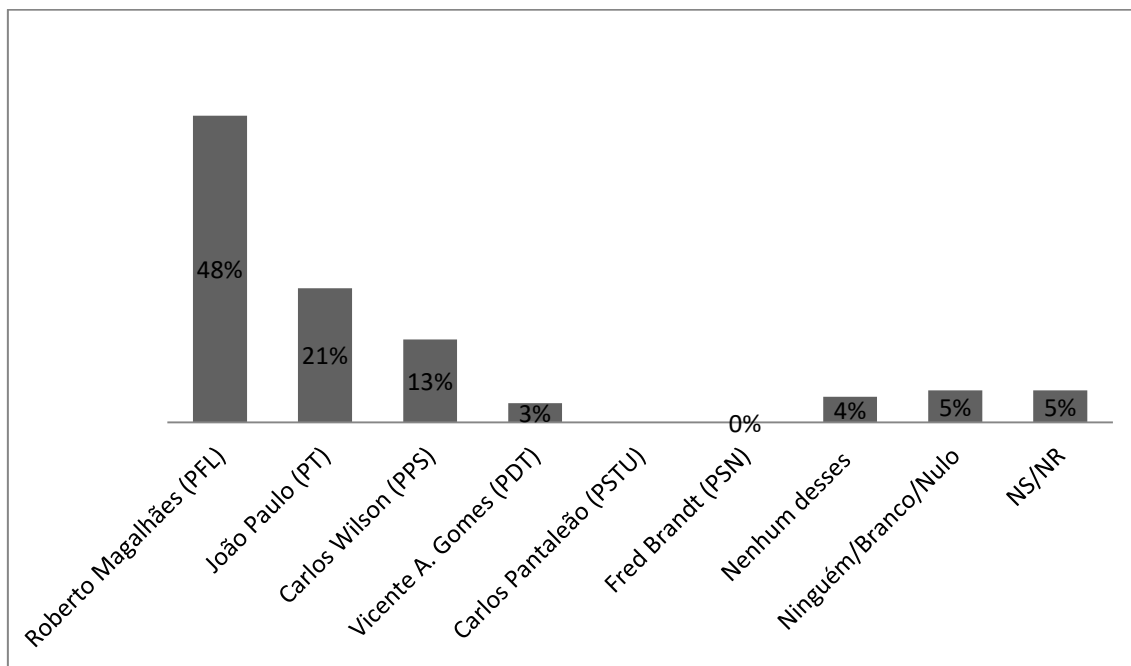
Gráfico 5 - Pesquisa Vox Populi/DIARIO publicada dia 01 de outubro de 2000



Fonte: o autor com dados disponíveis no Diário de Pernambuco.

Por fim, a pesquisa JC/Arconsult do dia 28 de outubro (Gráfico 6) mostra tanto Magalhães quanto João Paulo com uma leve queda de um ponto percentual nos votos totais para cada um.

Gráfico 6 - Pesquisa JC/Arconsult publicada dia 28 de setembro de 2000



Fonte: o autor com dados disponíveis no Jornal do Commercio.

Comparando os dados, o Datafolha demonstra uma pequena queda de um ponto de Magalhães e ganho de dois pontos de João Paulo, mas nada que extrapole a margem de erro. O Vox Pouli/DIARIO, pelo contrário, demonstrou uma estagnação de João Paulo e um crescimento de três pontos percentuais de Roberto Magalhães. Por fim, a pesquisa JC/Arconsult mostrou uma queda de um ponto percentual de ambos os candidatos, mas ainda dentro de uma margem de erro.

Em suma, até o ocorrido, Magalhães variava nas pesquisas dos institutos entre 43-50%, enquanto após o fato a variação girava em torno de 46-49% dos votos totais. Parece ter havido um crescimento maior que a queda. Contudo, como se comportam esses dados em comparação com os resultados do primeiro turno? Primeiro é preciso dizer de que ocorre um crescimento natural da conversão de votos totais (como os da pesquisa) em votos válidos, que são aqueles que excluem os brancos e nulos e que valem para a captação do resultado. Ao final do primeiro turno, o então prefeito teve 49,424% dos votos válidos contra 35,617% dos

mesmos votos em João Paulo¹⁹¹. Os dados das pesquisas nos jornais não abordavam os votos válidos, mas podemos entender que, em caso de conversão, seriam iguais ou maiores do que os obtidos, a depender do instituto. Comparando, portanto, as variações de voto, tanto antes como depois do ocorrido, é possível deduzir de que o fato não parece ter afetado tanto o eleitorado pefelista. Contudo, ainda assim, há mais um detalhe que precisa ser reparado: a votação de João Paulo.

O candidato petista aparecia, antes do gesto obsceno, variando entre 20-24% dos votos totais, avançando para 20-26% desses mesmos votos a depender do instituto. Apesar do avanço, o crescimento mesmo viria nos resultados do primeiro turno, onde ele conseguiu 35,617% dos votos válidos, muito além de qualquer previsão anterior, mesmo com conversão. Assim sendo, como podemos interpretar a situação?

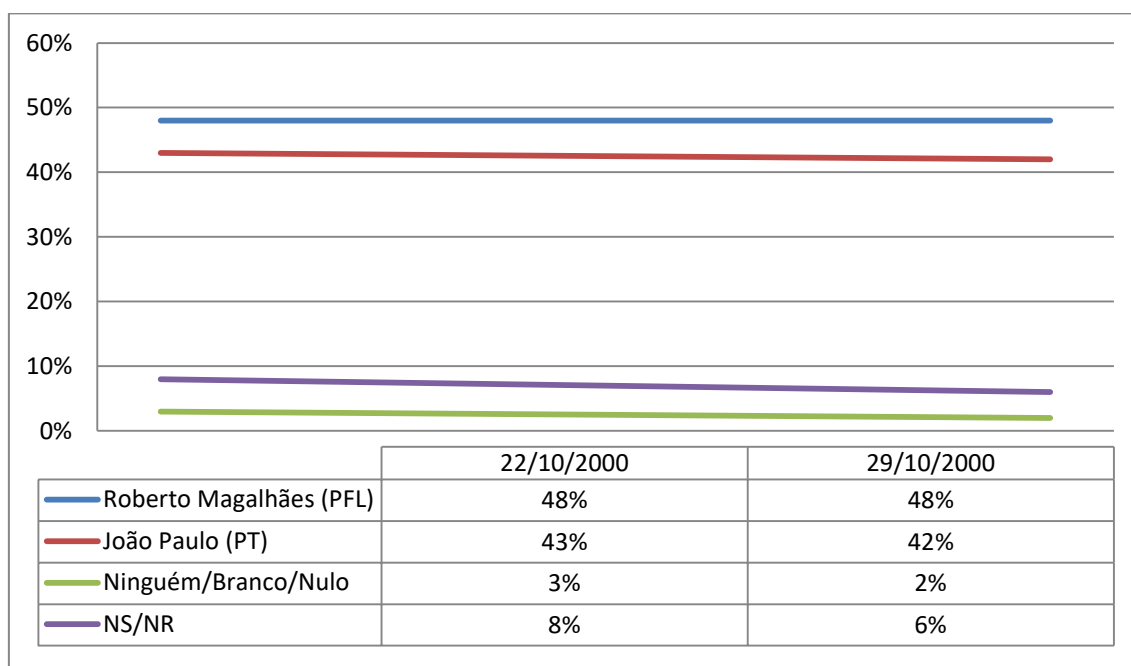
Aparentemente, podemos entender as consequências dos atos de Magalhães até o primeiro turno como pouco prejudiciais diretamente a ele, apesar de ter impulsionado bastante a oposição (fazendo jus à toda exploração que ela fez da situação). Defendemos que parece ter havido um fortalecimento do eleitor de oposição em torno de João Paulo mais do que uma própria desagregação de Magalhães (mas não que eventualmente isso não possa ter ocorrido em determinados segmentos da sociedade). Em votos válidos, Carlos Wilson teve 10,887% enquanto variava de 11-13% dos votos totais. Ou seja, abaixo do previsto. O mesmo ocorreu com Vicente André Gomes, que variava de 1-3% dos votos totais e terminou com 3,379% dos votos válidos, também abaixo do previsto¹⁹². Somando esses números com eventuais indecisos e uma pequena parte do eleitorado pefelista é que levantamos a hipótese de que, até o primeiro turno, mais do que prejudicar propriamente Roberto Magalhães, seu gesto serviu mais para unificar insatisfeitos e indecisos em torno do segundo colocado nas pesquisas, o candidato petista João Paulo.

Se assim o for, como terá sido o efeito disso no segundo turno? Como sabemos, o segundo turno foi marcado por muita truculência entre os candidatos e seus guias, sendo o episódio da “banana” foi muito explorado pela campanha de João Paulo. Dois levantamentos do Vox Populi/DIARIO (Gráfico 7), entretanto, mostraram uma estagnação de Roberto Magalhães em 48% e uma variação negativa de João Paulo de 43% para 42% dos votos totais.

¹⁹¹ Dados disponíveis em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2000/resultado-da-eleicao-2000> Acessado em 26/10/2022.

¹⁹² Os candidatos Carlos Pantaleão e Fred Brandt pontuaram, respectivamente, 0,393% e 0,300% dos votos válidos. Com um patamar tão baixo, decidimos apenas não abordá-los, até porque mantiveram 0% em votos totais e válidos.

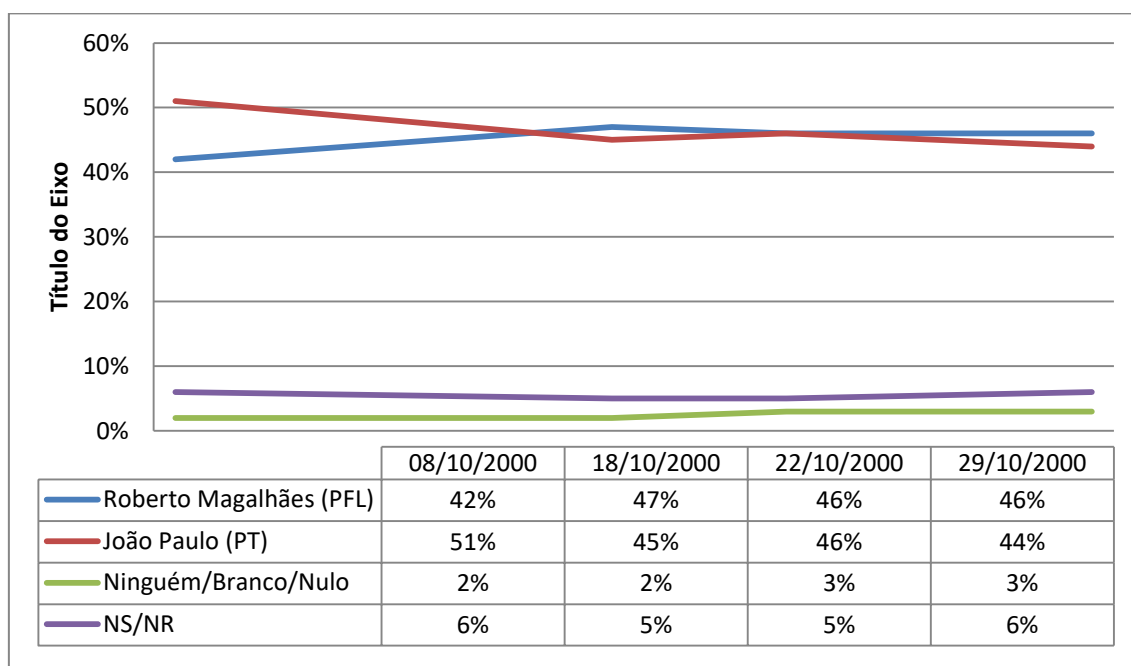
Gráfico 7 – Gráfico de evolução do Vox Populi/DIARIO



Fonte: o autor com dados disponíveis no Diário de Pernambuco.

Já de acordo com o Datafolha (Gráfico 8), a disputa no segundo turno foi mais acirrada. O primeiro levantamento mostrou uma liderança de João Paulo com 51% e uma queda notável de Magalhães, agora com 42%. Posteriormente, o jogo se inverteu: João Paulo caiu seis pontos, chegando a 45% dos votos totais enquanto Magalhães sobe cinco e alcança 47%. Em seguida, ambos aparecem empatados com 46%, chegando nas vésperas da eleição com Magalhães com 46% e o petista com 44% dos votos totais.

Gráfico 8 – Gráfico de evolução do Datafolha



Fonte: o autor com dados disponíveis no Jornal do Commercio.

Comparando com os resultados do segundo turno, encontramos, tal como o instituto Datafolha previa, uma eleição apertada, com João Paulo obtendo 50,384 % (382.988 votos) dos votos válidos e Roberto Magalhães 49,616% (377.153 votos). Olhando em comparativo os resultados dos dois turnos, vemos que Roberto Magalhães, que teve 49,424% (345.915 votos) dos votos válidos no primeiro momento, preservou basicamente o mesmo eleitorado (para não dizer que cresceu pouco mais de 30 mil votos), não tendo sido aparentemente diretamente afetado em seus números eleitorais pelo caso que ocorreu na Avenida Boa Viagem. Assim sendo, como entendemos esses números ante esse cenário? Compreendemos que o gesto obscuro sempre muito lembrado ao tratar do pleito aqui estudado não afetou diretamente a parcela da população eleitora do candidato do PFL. Não que eventualmente alguns desses segmentos não tenham se sentido incomodados pelo ocorrido, porém, ante o quadro de estabilização nos resultados dos dois turnos, não entendemos ser possível dizer de que Magalhães tenha perdido muitos votos pelo caso. Talvez possa ter havido um aumento da rejeição, um limite no ganho de votos, mas que aparentemente não confluiu para uma redução do número de votos do candidato da União pelo Recife. Nesse sentido, buscamos seguir pelo caminho de que o ocorrido serviu mais para arregimentar as oposições, principalmente em torno do candidato da Frente de Esquerda do Recife. Mais do que retirar votos de Magalhães (que inclusive conseguiu, numericamente, mais votos no segundo turno do que no primeiro),

o evento conduziu indecisos e opositores ao encontro do candidato petista num cenário de centralismo nacional do PT e descenso local do PFL. É isso o que defendemos e é o que nos leva ao encontro dos autores citados: Jairo Nicolau, Márcio Nuno Rabat e Roberto Ramos.

Em seu artigo “Os quatro fundamentos da competição política no Brasil (1994-2014)”, Jairo Nicolau destaca, em um dos seus pontos, a centralidade do PT no sistema político brasileiro nesse período:

A eficiência do PT nas eleições presidenciais é enorme. Nos doze turnos disputados entre 1989 e 2014, o partido ficou em segundo lugar em quatro disputas (primeiro e segundo turno de 1989; primeiro turno de 1994 e 1998), e chegou em primeiro lugar nos dois turnos nos pleitos de 2002, 2006, 2010 e 2014. Ao longo do período, o PT ampliou sua bancada no Congresso, elegeu milhares de vereadores e prefeitos, e centenas de deputados estaduais e diversos governadores de estado.

Um bom indicador do crescimento do PT é seu desempenho nas eleições para deputado federal. [...] O PT tem um crescimento constante ao longo da década de 1990, mas é em 2002 (ano da vitória de Lula) que a bancada mais cresce.

[...] O “diferencial petista” pode ser observado em dois indicadores. O primeiro é o apoio obtido nas pesquisas de opinião. Desde o começo dos anos 1990, quando ultrapassou o PMDB, o PT se tornaria o partido preferido dos brasileiros. Nas sondagens de opinião, metade dos que tinham preferência por um dos partidos declaravam-se petistas. O segundo indicador de força do partido é o volume de votos de legenda conquistado nas eleições para vereador e deputado, que entre 1986 e 2010 foi proporcionalmente o mais alto entre os maiores partidos.

[...] Obviamente, o maior feito do PT é ter eleito quatro presidentes em sequência nas sete eleições diretas realizadas desde a promulgação da Constituição de 1988 – fato incomum na história eleitoral de outras democracias.

[...] O PT deve ser considerado como a peça central do sistema partidário organizado após a crise do governo Collor-Itamar. Além de comandar um dos polos do espectro político, o partido inovou em uma série de aspectos, particularmente na capacidade de mobilizar militantes para um trabalho voluntário (anos 1980) e, posteriormente, de remunerar seus dirigentes para trabalharem fora do período eleitoral. O PT conseguiu ainda se tornar uma força na opinião pública e traduzir este apoio em alto percentual de votos de legenda. (NICOLAU, 2017, p. 85-87)

Tendo em mente o centralismo do PT no sistema político brasileiro, cabe-nos agora registrar seu processo de implantação a partir das palavras de Márcio Nuno Rabat:

No Nordeste, o crescimento do PT foi igualmente constante, mas em ritmo bem mais modesto. Embora tenha crescido de eleição para eleição, em 1998 o partido ainda estava menos implantado na região que no País como um todo.

[...] De qualquer forma, o ponto a ressaltar é que, de 1982 a 1998, houve uma mudança muito significativa no perfil de inserção nacional do PT. De partido muito desigualmente implantado nas regiões brasileiras, passou a uma

implantação razoavelmente homogênea em todo o território nacional. (RABAT, 1999, p. 26-27).

Assim sendo, o PT chega a 2000 como peça central da política brasileira a nível nacional enquanto a nível local se implantava com razoável homogeneidade. É de se refletir sobre até que ponto a vitória do PT não representou também a concretização de sua implantação regionalmente, o ápice de um processo que, como narra Rabat, vem se desenrolando desde 1982 e que chega definitivamente na virada do século¹⁹³.

Enquanto isso, o PFL pernambucano passava em época, como estudou Roberto Ramos, por um processo de descenso:

A despeito de ter tanto prestígio político, o PFL de Pernambuco vem sofrendo queda eleitoral. Essa diminuição de força do partido ocorreu, até mesmo, em espaços considerados redutos, como o Agreste e o Sertão e os pequenos municípios do Estado. Outro dado importante é o PFL, além de diminuir nas áreas tradicionais, não ter conseguido avançar onde o eleitorado apresenta o maior crescimento, nas áreas mais urbanizadas.

[...] Nas explicações para o descenso do PFL pernambucano, salientam-se três aspectos: o primeiro tratou de associar a perda de votos do PFL ao processo de urbanização e outros indicadores socioeconômicos, como a PEA [População Economicamente Ativa] industrial e a PEA de serviços. O segundo relacionou o decréscimo do PFL com alteração no padrão de disputa partidário-eleitoral no Estado, indicado pelo crescimento do número efetivo de partidos. E o último fator destacou a política de alianças posta em prática pelo ex-governador Miguel Arraes para atrair bases interioranas do PFL na eleição para o governo do Estado em 1986 e 1994, fator que contribui de maneira significativa para diminuir a força eleitoral do PFL em Pernambuco. (RAMOS, 2002, p. 197) .

Nesse sentido encontramos um partido mais enfraquecido, de fracas bases urbanas, enfrentando outro que vinha como personagem central na política nacional e que encontrou nessa vitória o ápice da sua implantação local¹⁹⁴. É dentro desse cenário que propomos

¹⁹³ O mesmo ocorreu no mesmo ano em outras cidades importantes como São Paulo, Porto Alegre, Belém e Goiânia. Cf. Diário de Pernambuco, 30 de Outubro de 2000.

¹⁹⁴ “O Partido dos Trabalhadores elegeu o prefeito de apenas uma capital no primeiro turno [...], e foi para o segundo em outras 6 capitais [caso do Recife]. Nas 62 maiores cidades, elegeu 4 e disputou outras 10 no 2º turno. Seu maior trunfo foi na capital paulista, onde Marta Suplicy (PT) recebeu 38% dos votos contra 17% do Paulo Maluf (PPB).

[...] Em geral, o PT elegeu 174 prefeitos (com a possibilidade de chegar a 190), quase o dobro dos 111 eleitos em 1996.

[...] Em termos de votos, o PT aumentou o seu desempenho em 51% sobre 1996; mas, há um certo viés em função do grande número de votos da Marta Suplicy em São Paulo (o maior eleitorado do país). Mesmo assim, este total foi um pouco mais que metade dos 21.475.348 votos que Lula recebeu em 1998. Em 2000 o PT continua concentrado nas regiões Sudeste e Sul, mais que em 1996.

[...] [No segundo turno] o PT venceu em 13 das 16 eleições que disputou, com 32,1% dos votos válidos – 50% dos quais recebidos por Marta Suplicy em São Paulo. Este resultado confirma o avanço do PT, especialmente nas cidades maiores, obtido no primeiro turno. [...] Aparentemente, o PFL foi o grande perdedor nesta eleição, onde perdeu em 4 das 5 cidades onde concorreu – inclusive nas capitais importantes de Rio de Janeiro e Recife – e seus candidatos receberam apenas 12.7% dos votos.

[...] Com relação ao ‘Brasil Urbano’, o PT foi o grande vencedor, triplicando o seu cacife com 27 cidades

analisar a eleição para a Prefeitura da Cidade do Recife no ano 2000. Não descartamos a existência de um apelo emocional que possa ter ocorrido em alguns segmentos da sociedade e da opinião pública principalmente após o ato ofensivo feito por Roberto Magalhães, mas entendemos e buscamos comprovar aqui que esse caso parece não ter agido da forma como se poderia imaginar ao mesmo tempo em que propomos uma visão mais ampla do pleito, o adicionando ao contexto político estadual e até nacional como forma de compreensão e aprendizagem.

Em suma, buscamos coagular todas essas informações e visões em busca de uma versão mais ampla, que não despreze o papel da emoção no pleito, mas que traga uma melhor interpretação e entendimento da razão e da opinião pública nos moldes do que nos coloca Jean-Jacques Becker. Afinal, como ele bem diz:

É exatamente porque, a cada momento, os comportamentos da opinião pública são o resultado de uma complexa alquimia entre o estado das mentalidades e o contexto, que é imprudente querer construir “tipos” de atitude diante de um “tipo” de acontecimento (BECKER, 2003, p.188 In. RÉMOND, René. Por uma história política, Editora FGV, 2003).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de redemocratização do país trouxe nova vida aos pleitos municipais, transformando-os em campos férteis para estudos em História Política sobre opinião pública, movimentos sociais, partidos, agentes políticos, etc. Nesse sentido, buscamos localizar este estudo nesse momento de ebulição em que encontramos, através das visões de distintos autores, o cenário com o Partido da Frente Liberal (PFL) na situação (porém em descenso), e o Partido dos Trabalhadores (PT) na oposição (mas com razoável homogeneidade na implantação nacional e ocupando papel central no tabuleiro político do país).

Tradicionalmente, a imprensa tem observado a eleição para a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) no ano 2000 sempre pela ótica do impacto causado pelo gesto obscuro feito pelo então prefeito Roberto Magalhães (PFL) durante a campanha. De acordo com esse ponto, o gesto, através de sua forte exploração pela oposição, teria desgastado a imagem do prefeito ante os eleitores e possibilitado a vitória de João Paulo (PT). Contudo, como já explicado ao longo do trabalho, nós não seguimos fielmente esse ponto de vista. Nosso objetivo aqui não é negar o eventual impacto que o gesto possa ter tido em segmentos da sociedade, do eleitorado e da opinião pública. Interessa-nos muito mais aqui, entretanto, entender essa derrota com base no cenário maior que se desenvolvia em outros níveis políticos, entrelaçando esses níveis e criando um contexto histórico próprio.

Até chegar a esse ponto, no entanto, objetivamos traçar primeiro uma trajetória dos nomes que comandaram a prefeitura entre 1979 e 2000, explorando como personalidades da política pernambucana de renome durante a ditadura, como Gustavo Krause, Roberto Magalhães e Joaquim Francisco, conseguiram se manter relevantes no novo período democrático que surgia e como até conseguiram se unir a seu antigo adversário, Jarbas Vasconcelos, em torno de uma inédita união local: a União por Pernambuco.

Em seguida, buscamos detalhar o processo de formação de chapas e de escolha de candidatos, passando por um breve resumo da literatura sobre coligações políticas e suas funções. Nesse capítulo já começamos a detalhar a organização das candidaturas oposicionistas e suas predileções de ataque unificado à candidatura à reeleição de Roberto Magalhães, o que seria uma das marcas da eleição.

Por fim, tratamos propriamente sobre a campanha em seus dois turnos, abordando suas tensões, seus fatos marcantes e seus resultados, momento no qual buscamos embasar nossos pontos a partir de autores como Jairo Nicolau, Márcio Nuno Rabat e Roberto Ramos. Os dois

primeiros são utilizados em referência ao PT: Nicolau, num artigo, coloca o Partido dos Trabalhadores como peça central na política brasileira dentro do período estudado enquanto Rabat defende que o partido se encontrava razoavelmente homogeneamente implantado em todo país, a partir do qual entendemos que a vitória de João Paulo representou o ápice do processo de estabelecimento local do partido. Já Ramos trata sobre o processo de descenso do PFL pernambucano a partir de uma série de fatores, o que nos leva a inserir a derrota vivida por Magalhães dentro desse contexto e desse cenário.

É tendo esses autores em mente que entendemos os resultados dos dados das intenções de votos e dos resultados da eleição. Observamos que o fatídico gesto de Roberto Magalhães não parece ter atingido seu grupo de eleitores (ao menos não significativamente), possivelmente tendo servido mais para mobilizar os opositores e os indecisos em torno de João Paulo. Nesse cenário, focamos no ponto de que, mais do que propriamente no gesto, esta eleição se baseou no contexto vivido por ambos os partidos no período.

O estudo das eleições, portanto, representa a possibilidade de lançar um olhar sobre os movimentos, as interpretações e as opiniões que rondam a sociedade, justificando a importância do tema enquanto significativo ponto de mudança no controle da PCR. Marcado por divergentes condições políticas dos principais partidos em época, este pleito marcou a imprensa e gerou ecos até hoje presentes na política estadual.

REFERÊNCIAS

Periódicos

Diário de Pernambuco

Jornal do Commercio

BALBINO, Marcela; VERAS, Paulo. Últimos prefeitos biônicos do Recife buscam legitimidade com o povo. **Jornal do Commercio**, 17 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/peernambuco/noticia/2016/08/17/ultimos-prefeitos-bionicos-do-recife-buscam-legitimidade-com-o-povo-248976.php>>. Acesso em: 25 de julho de 2020.

_____. Eleições 1985 no Recife: prévias e acusações de assassinato na primeira votação pós ditadura. **Jornal do Commercio**, 18 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/peernambuco/noticia/2016/08/18/eleicoes-1985-no-recife-previas-e-acusacoes-de-assassinato-na-primeira-votacao-pos-ditadura-249141.php>> Acesso em: 25 de julho de 2020.

_____. De adversários a aliados: Relembre como surgiu a União por Pernambuco. **Jornal do Commercio**, 19 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/peernambuco/noticia/2016/08/19/de-adversarios-a-aliados-relembre-como-surgiu-a-uniao-por-peernambuco-249298.php>> Acesso em: 25 de julho de 2020.

Materiais Especiais

BALBINO, Marcela; VERAS, Paulo. História das Eleições no Recife - No caminho para a abertura. 2016. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=InD_Q_wv6P4&feature=emb_title> Acesso em: 25 de julho de 2020.

_____. História das Eleições no Recife - PMDB e PFL: de adversários a aliados. 2016. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=blIG2Fmb1m4&feature=emb_title>. Acesso em: 25 de julho de 2020.

Dados Eleitorais

Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE). Disponível em: < <http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes> >. Acessado em: 25/07/2020.

Bibliografia

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de Coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ABREU, Alzira Alves de. et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 30/07/2020.

ALVES, José Eustáquio Diniz; FAVERSANI, Fábio. **Análises de Conjuntura: Globalização e o Segundo Governo FHC – Ouro Preto: REM, 2002.**

ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio. **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)** – São Carlos: EdUFSCar, 2009

BARRETO, Tulio Velho. **VITÓRIA DE EDUARDO CAMPOS (PSB): O FIM DE UM CICLO POLÍTICO EM PE** – Fundação Joaquim Nabuco, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política** – 3ª ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de competição política (1982-2002)** – São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2006.

CANTANHÊDE, Eliane. **O PFL** – São Paulo : Publifolha, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho** – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARAZZA, Bruno. **Dinheiro, eleições e poder: As engrenagens do sistema político brasileiro**. – 1ª ed. – São Paulo : Companhia das Letras, 2018.

CHAVES, José Afonso. **A Onda Vermelha em Pernambuco: mudança ou continuidade ?** - Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Ciência Política, 2002.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano Vol. 5** – O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República 1985-2016) – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. **Gestão Municipal e Participação Social no Brasil: a trajetória de Recife e Salvador (1986-2000)** – São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

FERNANDES, Jean Lucas Macedo; OLIVEIRA, Bruna Karoline Vasconcelos. **As eleições municipais no Nordeste: uma análise dos resultados eleitorais para as prefeituras (2000-2012)**. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2013.

FERREIRA, Rafael Leite. **Uma flor fura o asfalto: o MDB em Pernambuco (1965-1979)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

FLEISCHER, David. **As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000)** – OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol.III, nº1, 2002, pp. 80-105.

KRAUSE, Gustavo; ROBERTO, Paulo. **Dito e feito em 38 meses** – Recife, [s.n.], 2019.

KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil** – Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer; São Paulo, Fundação Editora Unesp, 2005.

LAVAREDA, Antônio; ANDRADE, Bonifácio; SÁ, Constância; MARKMAN, Rejane. **A Eleição municipal de 1985 no Recife: o impacto da campanha**. In.: LAVAREDA, Antônio. SÁ, Constância (orgs.) – **Poder e voto: luta política em Pernambuco** – Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1986.

LEITE, Patrícia Paixão de Oliveira. **AS NOVAS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS E PERSUASIVAS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: Uma Análise do Discurso de João Paulo**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Comunicação, Recife, 2007.

LUNA, Allan Cavalcanti. **O discreto charme da democracia: os movimentos de bairro e o festim da participação popular nas periferias do Recife (1979-1988)**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2014.

MAGALHÃES, Roberto. **Memórias**: as virtudes do tempo – Recife: Bagaço, 2012.

MAINWARING, Scott; MENEGRELLO, Rachel; POWER, Timorthy. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**: quais são, o que defendem, quais são suas bases. Tradução de Valeria Carvalho Power. – São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Do PT das lutas sociais ao PT do poder** – São Paulo : Contexto, 2016.

MONTENEGRO, Sérgio. **Queridos Rivais**: A trajetória da União por Pernambuco e a batalha pela hegemonia política – Recife: Ed. do Autor, 2020.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil**: Do império aos dias atuais – Editora Zahar, 2012.

_____. **Os quatro fundamentos da competição política no Brasil (1994-2014)**. Journal of Democracy em Português, vol. 6/1, 2017.

_____. **Multipartidarismo e Democracia**: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RABAT, Márcio Nuno. **A implantação nacional dos partidos políticos**: PT e PFL. Cadernos Aslegis, v. 3, n. 7, p. 24-29, Jan./abr. 1999.

RAMOS, Roberto. **A face de um partido**: base política e comportamento eleitoral do PFL de Pernambuco, 1985-2001 – Recife: Bagaço, 2002.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política** – 2ª ed. – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.

RESENDE, Pâmela de Almeida. **Os vigilantes da ordem**: a cooperação Deops/SP e SNI e suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983) – Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia – 1ª edição – São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

SECCO, Lincoln. **História do PT** – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985**. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA,

Jorge (org.). **O Brasil Republicano Vol. 4** – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SINGER, André. **O PT** – São Paulo : Publifolha, 2001.

VERSIANI, Maria Helena. **A sociedade brasileira vive a democracia (1985-1987)**. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História do tempo presente** – Rio de Janeiro : Editora FGV, 1ª Edição, 2014.